



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

RIANE DE CASTRO RAMOS SOUZA

**DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DA COLEÇÃO ROCHAS E
MINERAIS DO MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA/OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES- UEFS**

**Cachoeira
2014**

RIANE DE CASTRO RAMOS SOUZA

**DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DA COLEÇÃO DE ROCHAS
E MINERAIS DO MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA/OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES- UEFS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^a.Ms. Ana Paula Soares Pacheco

**Cachoeira
2014**

TERMO DE APROVAÇÃO

RIANE DE CASTRO RAMOS SOUZA

DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DA COLEÇÃO DE ROCHAS E MINERAIS DO MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES- UEFS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

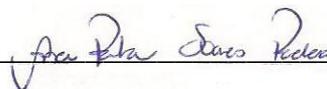
Aprovado em 12 de março de 2014.

Banca Examinadora

Ana Paula Soares Pacheco (Orientadora)

Mestre em Ciência da Arte- UFF

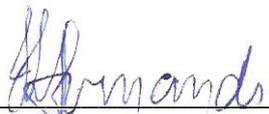
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Henry Luydy Abraham Fernandes

Doutor em Antropologia- UFBA

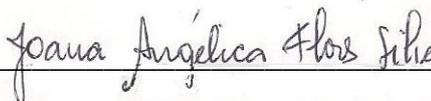
Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Joana Angélica Flores Silva

Bacharel em Museologia- UFBA

Museóloga da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que é a essência da minha vida, que me guia, me dar oportunidades, me ajuda nos desafios e me fortalece a cada momento.

À minha família que me apoiou e torceu por mim, desde o primeiro momento. A minha avó Therezinha, “Teco” e minha mãe que sempre me incentivavam, me jogando neste mundão e acreditando no meu potencial. Aos meus irmãos queridos, “Neném” e “Thews”, por toda contribuição dada neste momento de aprendizagem.

Aos meus amigos maravilhosos que tornou a minha caminhada firme e singela, mostrando que no mundo ainda há pessoas de boa índole e que podemos confiar. Obrigada por me fazer acreditar que o mundo não está perdido e que vale a pena continuar e lutar.

A meu namorado Fabio, pelo companheirismo, dedicação, compreensão e paciência neste processo.

Aos professores do Curso de Graduação em Museologia da UFRB, que tiveram o prazer em passar o conhecimento, visando sempre o meu crescimento. Em especial a minha orientadora Ana Paula Pacheco, pelo auxílio para a construção do presente trabalho. À professora Fabiana Comerlato que conquistou a minha admiração desde o início da Graduação, me acolhendo e contribuindo para o meu amadurecimento profissional e pessoal.

Aos colegas da Graduação, por cada discussão, seminários e trabalhos apresentados, proporcionando momentos de aprendizagem dinâmicos.

A museóloga Lise Marcelino, pela segurança e confiança em mim, o que possibilitou desenvolver um trabalho desafiador e prazeroso.

À toda a equipe do Museu Antares que me abriu as portas de forma harmoniosa e que tornam o museu um ambiente que dar gosto de colaborar para o seu enriquecimento cultural.

Enfim, agradeço de coração a todas as pessoas que fazem parte diretamente e indiretamente da minha vida, por ter me proporcionado conviver e obter experiências ao longo dos anos, contribuindo para me tornar a pessoa que sou.

*Dedico este trabalho à minha família, principalmente
à minha vovó Teco que sempre me incentivou.*

“...entre os meios de comunicação, eu preferi os objetos...”

Georges Henri Rivière

RESUMO

A principal contribuição deste Trabalho de Conclusão de Curso é a implementação de um sistema de gerenciamento de informações para a Coleção Rochas e Minerais no Museu Antares de Ciência e Tecnologia, de modo a promover a organização e padronização de linguagens e conteúdos de tais acervos. Considerando a influência que a documentação museológica exerce sobre os objetos no âmbito museal, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a área, denotando sua importância para a instituição museológica, como uma das áreas essenciais para o cumprimento da função do museu. Ancorada em tais parâmetros, partiu-se para o tratamento documental da Coleção Rochas e Minerais, de modo a fundamentar seu testemunho e sua posição de documento disseminador de informações. Para atingir o objetivo proposto, optou-se pela metodologia da pesquisa-ação de natureza qualitativa, que possibilita a relação direta com o objeto de estudo, permitindo intervenções de modo, a proporcionar mudanças positivas para a instituição.

Palavras-Chaves: Documentação museológica-Coleção- Rochas e Minerais- Museu Antares de Ciência e Tecnologia/Observatório Astronômico Antares.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Localização do Município de Feira de Santana	18
FIGURA 2- Mapa de localização do Museu Antares de Ciência e Tecnologia/ Observatório Astronômico Antares na cidade de Feira de Santana.....	21
FIGURA 3- Fachada do Museu Antares de Ciência e Tecnologia	23
FIGURA 4- Planta do Observatório Astronômico Antares (OAA)	25
FIGURA 5- Roteiro Astronomia	26
FIGURA 6- Roteiro Preservação do Meio Ambiente	27
FIGURA 7- Roteiro do Tempo da Pré-História	28
FIGURA 8 – Coleção Rochas e Minerais na Sala de Exposição	45
FIGURA 9- Localização do acervo na Reserva Técnica	45
FIGURA 10- Planilha de arrolamento antes da correção	47
FIGURA 11- Planilha de arrolamento após a correção.....	47
FIGURA 12- Marcação Provisória	48
FIGURA 13- Nova planilha de arrolamento da Coleção Rochas e Minerais.....	50
FIGURA 14- Ficha de Catalogação criada para a Coleção Rochas e Minerais.....	52
FIGURA 15- Organização no computador da documentação produzida.....	55

LISTA DE DESENHO E ANEXOS

DESENHO 1- Organograma da equipe do Museu Antares	24
ANEXO 1 – Estatuto dos Museus	64
ANEXO 2 – Regimento Interno do Museu Antares de Ciência e Tecnologia.....	68
ANEXO 3– Termo e questionário de doação do Museu Antares de Ciência e Tecnologia.....	70

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1- NOMENCLATOR DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS DO MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	74
APÊNDICE 2- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	78
APÊNDICE 3- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	87
APÊNDICE 4- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	91
APÊNDICE 5- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	96
APÊNDICE 6- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	101
APÊNDICE 7- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	105
APÊNDICE 8- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	110
APÊNDICE 9- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	116
APÊNDICE 10- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	121
APÊNDICE 11- FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	126
APENDICE 12- PLANILHA DE ARROLAMENTO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MACT	Museu Antares de Ciência e Tecnologia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
OAA	Observatório Astronômico Antares
PECS	Projeto de Educação, Ciência e Sociedade
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
NUSERE	Núcleo de Sensoriamento Remoto
ICOM	Conselho Internacional de Museus
CIDOC	Comitê Internacional de Documentação- ICOM
MGB	Museu Geológico da Bahia

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	14
2- FEIRA DE SANTANA: “PRINCESA DO SERTÃO”	17
2.1- Localização do Município	17
2.2- Breve Histórico	18
2.3- Museu Antares de Ciência e Tecnologia	20
2.3.1- Organograma do Museu.....	23
2.3.2- Exposições e Acervos	25
3- REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	30
3.1- Documentação Museológica- Breve Contextualização	30
3.2- Documentação Museológica e suas abordagens conceituais	35
4- METODOLOGIA	43
5- RESULTADOS DA PESQUISA	56
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
8- ANEXOS	63
9- APÊNDICES	73

1- INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Museologia contribui com a implementação de um sistema documental para a Coleção Rochas e Minerais no Museu Antares de Ciência e Tecnologia (MACT), em Feira de Santana. O estudo está especificamente direcionado para a criação de instrumentos da Documentação Museológica na instituição, de modo a promover a organização e padronização da referida coleção.

O MACT é uma instituição administrada pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que desenvolve ações educativas e sociais, promovendo a difusão do conhecimento científico e tecnológico de forma interativa para a sociedade. O mesmo possui um acervo heterogêneo, organizado em três coleções: Científicos e Tecnológicos, Biologia, Rochas e Minerais.

A escolha pelo tema do TCC se deu após o cumprimento do estágio obrigatório realizado no primeiro semestre de 2013 no MACT, que consistiu na oportunidade de vivenciar a prática da Documentação museológica, contribuindo para o desenvolvimento do senso crítico. O museu tem a preocupação em mostrar resultados para a comunidade local e aquelas que vivem no entorno. Com a documentação organizada será possível criar mecanismos que auxiliem ainda mais nos trabalhos a serem realizados com a Coleção Rochas e Minerais, trazendo reflexões da realidade através do olhar sobre o objeto e evitando equívocos, quando disponibilizar estas informações.

O Estatuto de Museus promulgado no dia 14 de janeiro de 2009 através da Lei de nº 11.904 sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva apresenta normas necessárias para o regimento interno dos museus (**Anexo 1**). Em relação à documentação museológica é descrito no capítulo II, Subseção IV, Parágrafo único, no artigo 39 (2009, p.03), que é obrigação dos museus manter a documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários. Desta forma, a documentação museológica ocupa um lugar de relevância dentro das instituições museológicas, sendo destacada no Estatuto como indispensável para o funcionamento dos museus; além de ser um patrimônio da sociedade que deve ser salvaguardado.

A documentação museológica por meio de seus instrumentos tem a competência de transformar os objetos em documentos, que por sua vez cumprem com a função de ensinar, divulgar conhecimentos, assumindo assim seu lugar de testemunho do passado e memória viva. Cândido (2006, p.36) traz a perspectiva sobre sua importância em tornar as coleções fontes de conhecimento, onde o controle e a sistematização das informações darão essência para as atividades executadas no museu:

(...) A documentação de acervos museológicos é o procedimento essencial dentro de um museu, representando o conjunto de informações sobre os objetos por meio da palavra (documentação textual) e da imagem (documentação iconográfica). Trata-se, ao mesmo tempo, de um sistema de recuperação de informação capaz de transformar acervos em fontes de pesquisa científica e/ou em agentes de transmissão de conhecimento, o que exige a aplicação de conceitos e técnicas próprios, além de algumas convenções, visando à padronização de conteúdos e linguagens.

A coleção Rochas e Minerais abrange informações complexas referentes à compreensão da dinâmica terrestre, ou seja, os processos geológicos que explicam sua origem e que estão inteiramente relacionados com os fenômenos físicos, químicos e biológicos. Portanto, a partir das especificidades de cada amostra, é possível desvendar o contexto geológico e ainda relacionar a sua inserção e importância para a realidade de cada indivíduo. O gerenciamento das informações da referida coleção propiciará a sociedade um contato amplo sobre os conceitos geológicos, que podem ser encontrados no museu através de uma linguagem técnica adequada.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa ação de natureza qualitativa. Segundo Tripp (2005, p.443), é conceituada como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática. Desta forma, esta metodologia de investigação-ação possibilita o contato direto com o objeto de estudo, sendo necessária para o cumprimento do trabalho.

Como alguns referenciais teóricos foram utilizados: Maria Inez Cândido (2006) que contextualiza as premissas básicas sobre a função social das instituições museológicas, trazendo a compreensão do objeto como um documento e explica o tratamento adequado para o mesmo. Helena Dodd Ferrez (1994) que faz revisões sobre os aspectos gerais, que envolvem a área da documentação. Fernanda Camargo-Moro (1986) que disponibiliza as ferramentas da documentação

museológica para a criação da ficha de catalogação, adotando as convenções exigidas para melhor compreensão do preenchimento da mesma, dentre outros autores que tratam da mesma temática. Viktor Leinz em sua publicação: *Geologia Geral* (1978), que menciona a importância do acervo Rochas e Minerais, assim como Delicado (2013) que revela a importância do conhecimento geológico para a sociedade.

A organização do trabalho se deu da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta uma breve introdução. O segundo capítulo menciona o histórico sobre a cidade onde está inserido o Museu Antares de Ciência e Tecnologia/Observatório Astronômico Antares, objetivando a compreensão do contexto. Em seguida, a apresentação da instituição abordando a relação e a importância para a cidade de Feira de Santana, a Estrutura Organizacional do Museu Antares de Ciência e Tecnologia, planta do Observatório Astronômico Antares, exposições e acervos.

O terceiro capítulo comenta sobre a contextualização da documentação museológica até a atualidade, suas abordagens conceituais através de diferentes autores e as etapas do processamento técnico da mesma. O quarto capítulo menciona a metodologia utilizada e os instrumentos da Documentação museológica. O quinto capítulo revela os resultados da pesquisa. O sexto capítulo apresenta as considerações finais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e aponta sugestões para novos horizontes da documentação museológica na instituição. O sétimo capítulo lista as referências bibliográficas utilizadas para a construção da pesquisa.

2- FEIRA DE SANTANA: “PRINCESA DO SERTÃO”

2.1- Localização do Município

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013 a cidade de Feira de Santana possuía uma área territorial equivalente a 1.337,993km², com 556.642 habitantes (**Figura 1**). Sua localização geográfica é cortada pelas rodovias federais: BR-101, BR-116 e BR-324; além de quatro estaduais: BA-052, BA-503 e BA-504, que possibilitam rotas diversificadas a diferentes regiões do Estado.

O município possui uma potencialidade significativa para a sociedade em geral, com característica socioeconômica, política, demográfica e espacial que permite ser destaque entre as diversas regiões do Estado da Bahia. Designada como Região Metropolitana¹ a cidade de Feira de Santana propõe projetos inovadores para uma gestão hábil dos serviços públicos que melhorarão ainda mais o desenvolvimento de sua região e dos municípios que atualmente lhe formam. No dia 06 de julho de 2011, o Governador Jaques Wagner sancionou a lei complementar estadual n.º 35 (LCE 35/2011), que tem a proposta de agrupar 15 municípios, começando pelos municípios de Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho. Na segunda fase, estarão: Anguera, Antonio Cardoso, Candeal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis e Serra Preta.

Sobre este aspecto, Carvalho (2008, p.64) enfatiza que a cidade é:

Considerada como um dos quinze principais centros submetropolitanos do Brasil, ao lado de capitais nordestinas a exemplo de Natal, João Pessoa, Maceió e Aracaju, é também a primeira das catorze cidades do interior baiano a ostentar uma população bem acima de 100.000 habitantes (...)

De tal forma é a região mais populosa do interior do Estado da Bahia, que alcança progressos, ocupando seu lugar como um dos principais centros submetropolitanos do Brasil.

¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), Região Metropolitana, “é uma região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes (que fazem fronteiras), com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”.

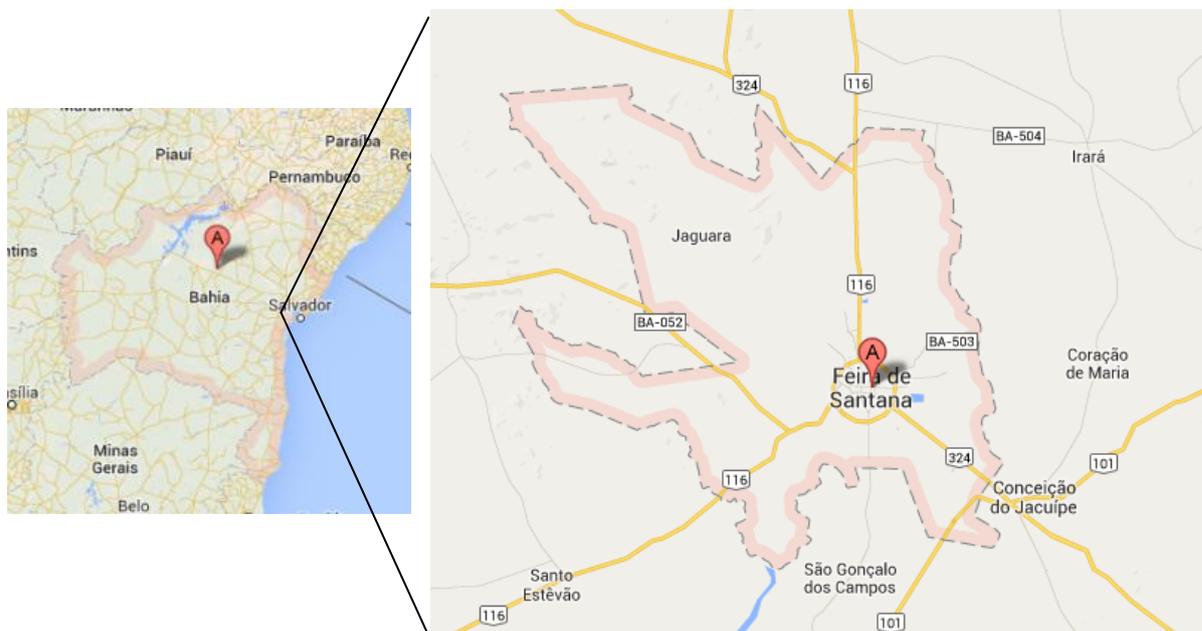


FIGURA 1- Localização do Município de Feira de Santana.
 Fonte: Dados Cartográficos 2013 Google, INEGI, MapLink
 Adaptado: Autora, 2013.

2.2- Breve Histórico

Segundo a historiografia sobre a origem do município, o povoamento da cidade de Feira de Santana começa no século XVIII, tendo como principal referência o casal Anna Brandão e Domingos Barbosa de Araújo, proprietários da Fazenda Santana dos Olhos D'água.

Segundo Moreira (1992, p.191):

(...) a Fazenda Santana dos Olhos D'água localizava-se no interior de um amplo e privilegiado tabuleiro (entre o Recôncavo e o Sertão), umedecido por lagoa, rios (Pojuca, Jacuípe, Subaé), nascentes, olhos d'água e pastagens, bom clima.(...)

Para Galvão (1982, p.27) conforme escritura de 28 de setembro de 1732, o casal doou uma cessão de cem braças de terra em quadra no Alto da Boa Vista, para edificar ao seu redor uma capela para invocação de São Domingos e Santana.

Silva (2006, p.42) menciona que depois de construída, a capela tornou-se um ponto de referência de encontro entre as populações circunvizinhas, dando origem a uma feira no primeiro quartel do século XVIII. Os determinantes geográficos foram

importantes para o desenvolvimento das regiões e Feira de Santana não se distinguiu desta realidade. A referida cidade está situada numa zona intermediária entre o litoral úmido e o interior semiárido, da região Nordeste do Brasil.

No século XVIII, o litoral e a pecuária eram aspectos marcantes para a concretização do povoamento no interior das regiões do Brasil, estabelecendo assim uma dinâmica para o processo de formação dos territórios baianos.

Freitas (2013, p.10) diz que:

A produção do espaço urbano que no século XVI na Bahia direcionou a concentração da população baiana no litoral, quando a característica daquele período se mantém na atualidade. Outro aspecto que contribuiu para esta formação foi a pecuária, responsável por iniciar o povoamento do interior no século XVIII, em decorrência da expansão das fazendas de criação e das feiras de gado, atividade econômica que orienta a organização das primeiras vias de comunicação com as regiões norte e o nordeste do Estado. Estas vias foram responsáveis pela condução dos rebanhos bovinos em direção ao Recôncavo, facilitando a circulação de pessoas e das mercadorias.(...)

De acordo com os fatores geográficos, Feira de Santana recebia inúmeros viajantes, comerciantes de várias partes, alguns para fins de compra ou venda principalmente de gado, outros para visitar a capela e orar. O fato era que cada vez mais, se estabelecia uma feira periódica nos arrabaldes da Fazenda Santana dos Olhos D'água, iniciando o processo de povoação do arraial.

Para Santo (2003, p.11):

Em pouco tempo, algumas pessoas começaram a se fixar na região, visando o pequeno comércio oriundo da passagem dos vaqueiros, surge assim, uma feira de gado e um comércio paralelo de alimentos e outros produtos essenciais à sobrevivência dos viajantes, durante o seu longo percurso, e à dos moradores da região. No início do período colonial, a feira ocorria aos domingos, muito provavelmente em função da missa celebrada na Igreja supracitada. Já durante o primeiro quartel do período colonial até dezembro de 1854, a feira passou a ocorrer às terças-feiras. Só depois de 1854 é que passou a ser realizada às segundas-feiras, com a intenção de apressar a ida do gado para Salvador.

Miranda, Silva e Oliveira (2013, p.05) mencionam que a atividade comercial despontou, o que favoreceu a ampliação territorial e o povoamento das terras da fazenda, principalmente com a construção de casas de pedras. Desde então, o crescimento populacional e o desenvolvimento urbano foi se configurando.

Moreira (1997, p. 314) diz que:

O arraial que inicialmente servia apenas de ponto de apoio para as paradas dos vaqueiros e fazendeiros, tornou-se um centro comercial com o surgimento de casas para hospedar os viajantes, fazendo com que o Governo Imperial em 1832, elevasse o arraial oficialmente à categoria de vila, e já no ano de 1873, através da Lei provincial datada de 16 de junho, transformava-se a vila em cidade, com a denominação de Cidade Comercial de Feira de Santana, para mais tarde ser chamada de Feira de Santana.

A posição geográfica da região condicionou para a expansão em termos territoriais, sociais, políticos e econômicos. Feira de Santana se consolidou através da atividade pecuária e posteriormente a expansão comercial de inúmeros produtos, até chegar à potência atual. Em dezembro de 1919, após a visita de Ruy Barbosa, a cidade ficou conhecida como “Princesa do Sertão”.

A cidade passou por modernizações e ampliação em sua economia, instaurando o centro industrial Subaé (CIS), rodovias, ampliação das ruas, criação de avenidas e ainda, mantendo suas características comerciais iniciais.

Feira de Santana consolidou-se num ambiente de progresso no decorrer dos séculos. Sobre os aspectos de desenvolvimento cultural e educacional da cidade, os investimentos podem ser notados na implantação de universidades estadual e federal, faculdades, centros de pesquisas, museus, observatórios, centros de cultura, bibliotecas, dentre outros.

2.3- Museu Antares de Ciência e Tecnologia

O Museu Antares de Ciência e Tecnologia faz parte do cenário do município de Feira de Santana. Seu núcleo institucional está localizado nas dependências do Observatório Astronômico Antares (OAA), à Rua da Barra, 925, Bairro: Jardim Cruzeiro (**Figura 2**). A instituição pertence à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) na qualidade de Unidade de Desenvolvimento Organizacional, ligada diretamente à Administração Superior (Reitoria e Vice-Reitoria) da Universidade.



FIGURA 2- Mapa de localização do Museu de Ciência e Tecnologia Antares/Observatório Antares na cidade de Feira de Santana.

Fonte: Disponível em: <<http://www.uefs.br/cnmem/mapaFeira.jpg>>. Acesso em 26/01/2014.
Adaptação: Autora, 2014.

Em 1992, este órgão é inserido sob a Resolução 02/92 através do Conselho Administrativo à UEFS. O decreto regulamentador de número 1.456 de 27 de agosto de 1992 da Bahia altera a redação do § 2º do Artigo 31 do Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 28.168, de 25 de agosto de 1981 e determina no Art. 1º O § 2º do Artigo 31 da Universidade que o Observatório Astronômico Antares passaria a ser um órgão complementar da UEFS. Com isso, iniciou seus trabalhos de pesquisa com cunho científico acadêmico.

A UEFS foi criada pela Lei 2784 de 24.01.70 e autorizada a funcionar pelo Decreto Federal 77496 de 27.04.76, sendo uma Instituição pública e gratuita, mantida pelo governo do Estado da Bahia, sob o regime de autarquia². A Universidade nasceu como resultado de uma estratégia governamental, com o objetivo de interiorizar a educação superior até Salvador. Tem como missão produzir e difundir o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional,

² Segundo o Dicionário Aurélio: Autarquia. [Do gr. autarchia] S.f. Jur. Entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e à tutela do Estado, com patrimônio constituído de recursos próprios, cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade [...] (1996, p.201). Na administração pública, autarquia é uma entidade auxiliar da administração pública estatal autônoma e descentralizada, fiscalizada e tutelada pelo Estado.

promovendo a interação social e a melhoria da qualidade de vida; através das funções de ensino, pesquisa e extensão, privilegiando a região do semiárido. Portanto, o Observatório passou a ser de fato uma instituição pública aliada à UEFS, tornando-se mais uma unidade extra campus, de papel fundamental para a sociedade em geral, principalmente a feirense, com o propósito de divulgar e expandir conhecimentos.

No ano de 2003, surgiu a oportunidade de criar um museu nas dependências do Observatório, através dos Projetos de “Educação, Ciência e Sociedade” (PECS), apoiado pela Fundação Vitae para a educação científica e “Ensino de Ciências nas Escolas” pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Com o apoio administrativo da UEFS, o Museu Antares foi inaugurado em 24 de setembro de 2009 e desde então desenvolve seu trabalho com responsabilidade, de forma a torná-la uma instituição de referência nacional (**Figura 3**). O MACT vive em harmonia com a cidade de Feira de Santana, onde a comunidade atua em função da melhoria da qualidade de vida de todos. Destaca-se pelo parâmetro do trabalho social, atuando tanto com as escolas quanto com sua comunidade e visitantes. Estes por sua vez, encontram neste espaço um modo interativo de adquirir conhecimentos.

Segundo o Regimento Interno do Museu (2013, p.01), a sua função é:

- a. Organizar, preservar e ampliar o acervo do museu, que se constitui de peças de interesse para as ciências;
- b. Utilizar o espaço do museu como ambiente educacional não-formal;
- c. Incentivar e estimular as pesquisas e estudos, utilizando o acervo do museu;
- d. Tornar conhecido este acervo, através da realização de exposições permanentes e itinerantes e eventos de divulgação;
- e. Propor acordos e contratos com entidades congêneres e outras de caráter público ou particular, nacionais ou estrangeiras, para a realização de programas de intercâmbio e cooperação.
- f. Oferecer serviços à comunidade, no âmbito de sua especialidade e possibilidades. (**Anexo 2**)



FIGURA 3 - Fachada do Museu Antares de Ciências e Tecnologia.
Fonte: Arquivos do Museu, 2013.
Adaptação: Autora, 2014.

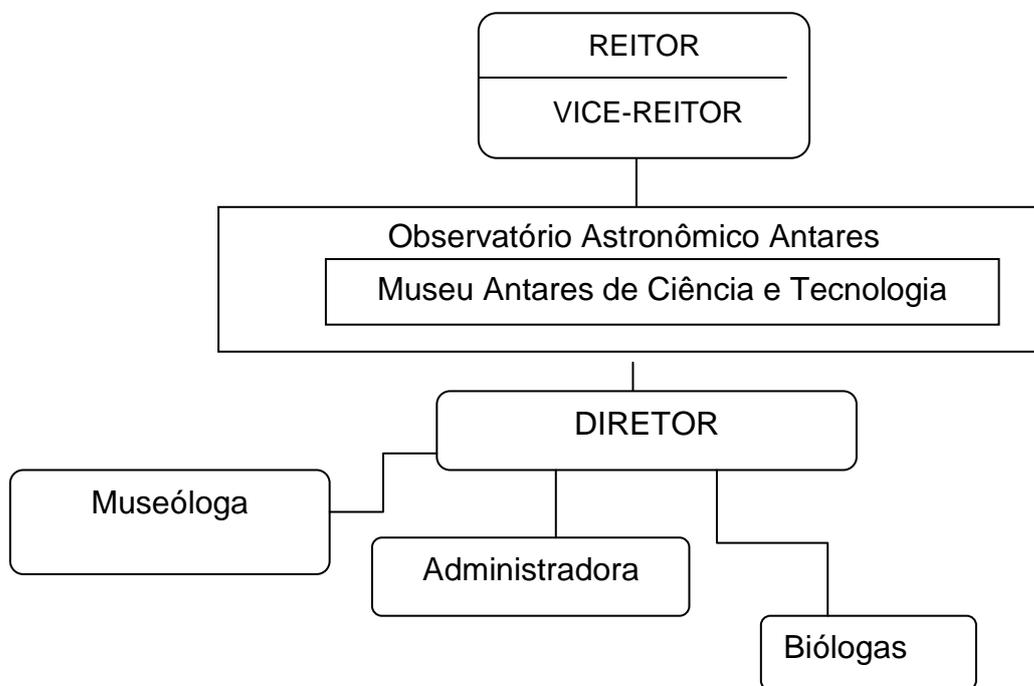
O museu propicia a valorização e a disseminação do conhecimento científico para toda a sua comunidade, através de uma educação não-formal, no qual o visitante tem acesso direto para fazer a análise/comparação, através de sua realidade. Esta integração é realizada através das exposições, que passam o conhecimento de forma dinâmica e interativa, possibilitando o desenvolvimento crítico do mesmo. Além do aspecto educacional, o MACT é também uma opção de lazer no município de Feira de Santana.

2.3.1- Organograma do Museu

Segundo o Regimento Interno Museu Antares de Ciência e Tecnologia (2013, p.01), a administração do museu está sob responsabilidade do Prof. Paulo Poppe (Diretor do Observatório Astronômico Antares), Lise Marcelino Souza (Museóloga) e um profissional de nível superior na área da Ciência e Tecnologia do Observatório Astronômico Antares (ainda não definido). O regimento foi aprovado em outubro de 2013 e a primeira reunião com a equipe do museu foi marcada para o final do mês de fevereiro de 2014, para colocá-lo em prática.

O Museu é um setor técnico do Observatório e tem como equipe: o Prof. Dr. José Carlos Barreto de Santana (Reitor da UEFS), Prof. Dr. Genival Corrêa de

Souza (Vice-Reitor), Prof. Dr. Paulo César da Rocha Poppe (Diretor do Museu), a Lise Marcelino Souza (Museóloga), Thauane Lima de Souza (Administradora), Carolina Cerqueira e Saladina Amoedo Athayde (Biólogas). **(Desenho 1)**



DESENHO 1 _ Organograma da equipe contribuinte do Museu Antares.
Fonte: Autora, 2014.

Os setores que compõem o Observatório Astronômico Antares são: Diretoria, Biblioteca Setorial, Núcleo de Sensoriamento Remoto (NUSERE), MACT, Experimentoteca e Clube de Astronomia. **(Figura 4)**

A Diretoria é responsável por cuidar dos assuntos administrativos, viabilizando o desenvolvimento do Observatório e do museu.

A Biblioteca Setorial abriga uma coleção de livros da área de Astronomia e guarda publicações de outros temas; além de ser um referencial na pesquisa científica da referida área mencionada anteriormente.

O NUSERE realiza o monitoramento de áreas da localidade, produz e imprime mapas.

A Experimentoteca é o local onde são produzidas as maquetes didáticas, relacionadas à temática de Geologia, Preservação do Meio Ambiente, como também são organizadas as oficinas para ministrar a confecção de maquetes.

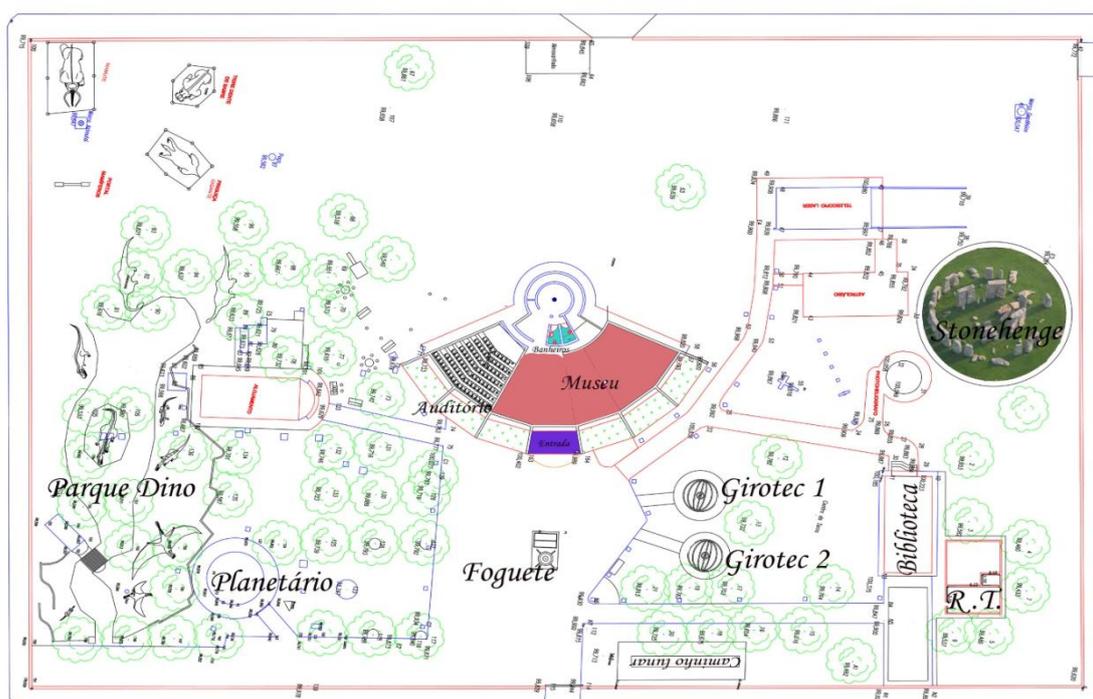


FIGURA 4- Planta do Observatório Astronômico Antares (OAA).
 Fonte: Arquivos do Observatório, 2013.
 Adaptação: Autora, 2014.

O Clube de Astronomia funciona aos sábados no Auditório do Observatório e os participantes se reúnem para debater sobre a referida área. O MACT é um dos setores que contribui para a compreensão e percepção da Ciência e Tecnologia, através de exposições de longa duração, atingindo os diferentes públicos.

2.3.2- Exposições e Acervos

O Museu Antares trabalha com uma linha cronológica, a partir do Projeto denominado 'Planeta Terra: Eras e Épocas', que menciona temas desde o surgimento do planeta até os dias atuais, através das exposições de longa duração.

As exposições foram divididas em três roteiros: Astronomia, Preservação do Meio-Ambiente e Dinossauro/Pré-História. Antes de iniciar qualquer um dos roteiros, são apresentados vídeos sobre a instituição.

No roteiro de Astronomia é abordada a questão do surgimento do universo, iniciado pelo planetário³ (**Figura 5**), que demonstra como a tecnologia era utilizada

³ Planetário é um instrumento óptico, mecânico e eletrônico, que projeta um céu artificial como num cinema, permitindo uma visão privilegiada das estrelas, do sol, da lua, dos planetas, simulações de eclipse, movimento do sol durante o dia, nas estações do ano e outros fenômenos. Informações

para melhorar e organizar o cotidiano, através da observação. Adiante, tem-se o Stonehenge, uma réplica em escala reduzida de um Monumento Pré-Histórico Megalítico, sendo um dos recursos utilizados como tecnologia da época para auxiliar no cotidiano. Após o momento de observação, nota-se a evolução no decorrer do tempo, em que o homem explora o universo. O girotec⁴ mostra a ausência da gravidade, equiparando ao mesmo efeito que ocorre com os astronautas.

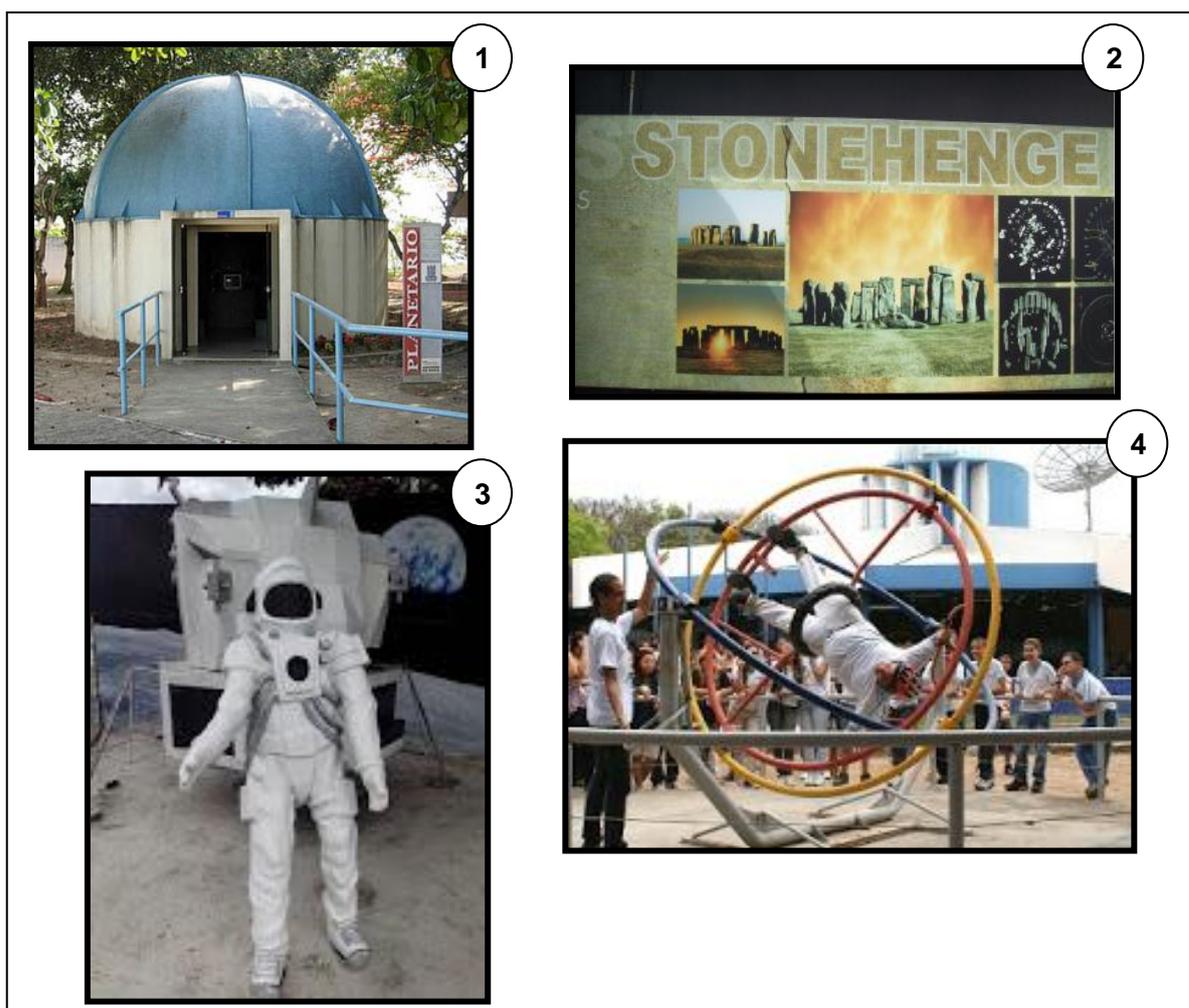


FIGURA 5- Roteiro Astronomia.
 Fonte: Arquivos do Museu, 2013.
 Adaptação: Autora, 2014.

extraídas de: Planeta Em Tempo Real. Observatório Antares- Feira De Santana- Bahia. Disponível em: <<http://planetaemtemporeal.blogspot.com.br/2011/09/observatorio-antares-feira-de-santana.html>>. Acesso em 26/01/2014.

⁴ Girotec é um suporte fixo com três círculos concêntricos, em que uma pessoa de até oitenta quilos fica presa pelos punhos e pés. Quando girada em várias direções, simula-se a sensação de ausência de gravidade. Informações extraídas do Universo Físico. Disponível em: <<http://universofisicoylkf.blogspot.com.br/2010/11/girotec.html>>. Acesso em 26/01/2014.

A Preservação do Meio Ambiente (**Figura 6**) é um dos roteiros focado na exposição de longa duração. A exposição Rochas e Minerais é contextualizada a partir da história da origem do Big Bang, a importância das rochas e minerais, os motivos de sua extração, onde podem ser encontradas, suas variedades e como a extração das mesmas podem causar riscos ao meio ambiente, influenciando na vida cotidiana da sociedade.

No espaço Natureza, o visitante conhece os quatro biomas⁵ baianos, o que possibilita a reflexão sobre a Preservação do Ambiente, a diversidade de animais que existem em cada bioma; além de mencionar as características de cada um, de modo a entender a sua sobrevivência. Desta maneira, explicam sobre a sua extinção, assim como a importância dos mesmos.



Figura 6 – Roteiro Preservação do Meio Ambiente.

Fonte: Arquivos do Museu, 2014.

Adaptação: Autora, 2014.

⁵ Bioma é uma comunidade de plantas e animais, com formas de vidas e condições ambientais semelhantes. Cada bioma é representado por um tipo de vegetação principal, que lhe confere uma característica visual. Disponível em: <<http://marista.edu.br/pirox/files/2010/11/os-grandes-biomas-terrestres.pdf>>. Acesso em 14/02/2014.

Com o roteiro do Tempo da Pré-História, os mamíferos e os fatos históricos que ocorreram em nosso planeta são apresentados no 'Parque dos Dinossauros e Pterossauros do Brasil'. (Figura 7)

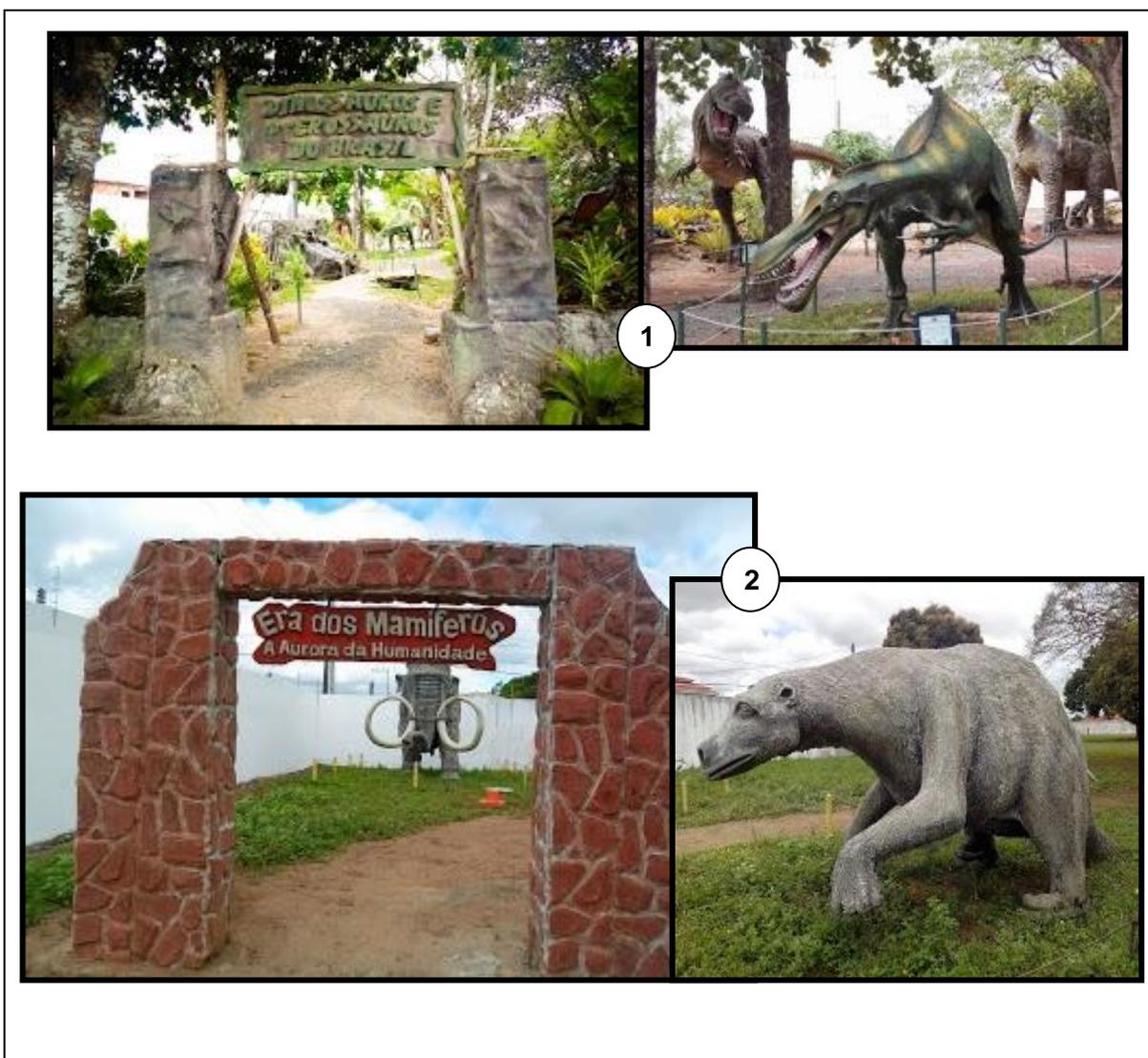


FIGURA 7- Roteiro do Tempo da Pré-História.
Fonte: Arquivos do Museu, 2013.

Em ação conjunta com o OAA, o MACT desenvolve um trabalho social, contribuindo para a contratação de monitores (alunos da UEFS), que esclarecem sobre os temas apresentados por meio das exposições de longa duração.

Os acervos da instituição são organizados em três coleções: A- Científicos e Tecnológicos referentes aos aparelhos celulares, telescópios, fotoeliógrafos⁶,

⁶ Telescópio utilizado para fotografar e visualizar o Sol.

microscópios, diários de observação lunar, dentre outros. B- Biologia que corresponde a animais taxidermizados, esqueletos de animais e de seres humanos para estudar anatomia, livros didáticos, quadros de plantas, maquetes e ninhos; C- Coleção Rochas e Minerais totalizando 232 objetos entre 203 amostras/fragmentos de rochas e minerais, 04 fragmentos de meteoritos, 02 réplicas de meteoritos, 03 enciclopédias, 02 livros, 17 fotos sobre o meteorito de Bendengó e 03 miniaturas de casa que demonstram a utilização das rochas e minerais e constituição dos objetos do dia-a-dia.

As amostras de rochas e minerais retirados do contexto da dinâmica terrestre tornam-se acervos capazes de fornecer conectividade para a divulgação científica. São importantes instrumentos, pois revelam informações específicas e particulares que conduzem a compreensão dos fenômenos geológicos.

Segundo Leinz (1978, p.33):

Mineral- É um elemento ou um composto químico, via de regra resultante de processos inorgânicos, de composição química geralmente definida e encontrada naturalmente na crosta terrestre. (...) Rocha- É um agregado natural formado de um ou mais minerais (...), que constitui parte essencial da crosta terrestre e é nitidamente individualizado.

Para o mesmo autor (1978, p.03), a Geologia é a ciência que procura decifrar a história geral da Terra, desde o momento em que se formaram as rochas até o presente. Desta forma, a partir das amostras de rochas e minerais é possível obter informações que revelam os fatos históricos do planeta, além de contribuir para explicar a complexidade dos processos da camada terrestre, fornecendo subsídios para compreendê-la e atuar sobre tais fatores.

Delicado (2008, p.55) afirma que: “os museus de temática científica são fundamentalmente vistos como espaços onde a ciência é mostrada ao público; com a finalidade primordial de difundir o conhecimento científico e gerar uma atitude positiva face à ciência.” Os objetos da Coleção Rochas e Minerais são portadores de informações que retiradas do seu contexto são capazes disto. Portanto, esta difusão tem importância no contexto atual da sociedade, uma vez que através dos conceitos geológicos e processos terrestres seja possível construir ações que o defenda e permita automaticamente o desenvolvimento qualitativo do planeta.

3- REFERENCIAIS TEÓRICOS

3.1- Documentação Museológica- Breve Contextualização

A Documentação Museológica esteve presente no decorrer dos séculos em diversos contextos. Segundo Yassuda (2009, p. 28), a mesma assumia basicamente a tarefa de registro, com o objetivo de comprovação de posse dos objetos salvaguardados. Os filósofos da antiguidade executavam essa atividade para inventariar seus objetos e lugares sagrados, na intenção de perpetuar as informações que eram pertinentes aos seus costumes. Durante a Idade Média, a documentação era utilizada principalmente para ter controle dos objetos.

No século XVI, os catálogos se tornaram recursos recorrentes nas coleções para descrevê-los. A prática do colecionismo foi configurada a partir do acúmulo de elementos que representavam o exotismo existente no mundo, surgindo posteriormente os gabinetes de curiosidades com objetos diversificados. No século XVII, a busca pela sistematização se torna recorrente, havendo a necessidade de difundir a informação visual através das pinacotecas. Os catálogos se tornaram um instrumento difusor de caráter visual da coleção. Para a mesma autora, (2009, p.29) esta “era uma forma de acesso à distância a determinada coleção”.

Continuando com o discurso de Yassuda (2009, p.30), no século XVIII, estes catálogos passaram a ter uma nova configuração, ao qual a documentação foi se consolidando e as obras de arte ganharam um significado maior, tornando-se símbolos de riqueza. Nesta perspectiva, era necessária uma documentação mais abrangente, utilizando métodos da documentação manual, com informações como autor, dimensões e localização das obras.

Com a Revolução Francesa, os museus ganharam um novo sentido, o que conseqüentemente influenciou no desencadeamento da documentação para a proteção dos objetos. Segundo Julião (2006, p.18-19) era “para preservar a totalidade e diversidade de um patrimônio nacionalizado, no contexto da Revolução, foram desenvolvidos métodos para proceder ao seu inventário e gestão.”

A partir do século XX, a documentação necessitou de reformulações para criar documentos produzidos a partir do acervo. Em 1927 foi criada a Oficina Internacional de Museus (OIM), que incentivou o caráter enciclopédico e pedagógico dos museus. O cumprimento de ações padronizadas no âmbito da documentação

museológica viabilizou a adequação da comunicação dentro do museu. Para Yassuda (2009, p. 33), a OIM preocupou-se em unificar os métodos documentais, “visando à automação e o compartilhamento da informação entre os sistemas de museus”.

Em 1946, as atividades da documentação museológica tiveram ênfase, a partir da criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM)⁷, em Paris. Este conselho possibilitou as transformações ocorridas dentro dos museus, delimitando suas funções museológicas. Sua atuação trouxe colaborações para o desenvolvimento desta área técnica, o que possibilitou em 1950 o surgimento do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), com a tarefa de criar uma padronização de documentação de diferentes tipologias de acervos, substituindo a partir de então, a OIM.

Conforme Cerávolo e Tálamo (2007, p.02):

A documentação em museus é uma atividade que já era realizada há muito tempo, porém não se tinham parâmetros pré-estabelecidos para as técnicas e os processos destinados a sua execução, sendo definidos por qualquer profissional que compunha o corpo de funcionários do museu.

Em 1960, a sua atuação referiu-se a padronização dos registros dos acervos dos museus. Segundo Cerávolo (1998 apud Yassuda, 2009 p.35), recomendava-se o uso de etiquetas padronizadas para a identificação do objeto, de fichas catalográficas e inventários, cujos modelos foram planejados por Odon.

As técnicas da informatização são inseridas nas práticas documentais, facilitando desta forma, as ações de planejamento documental, como também, auxiliando na acessibilidade das informações e formulando sistemas normatizados.

⁷ O ICOM é uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO. Executa parte de seu programa para museus, tendo status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. É uma associação profissional sem fins lucrativos, financiada predominantemente pela contribuição de seus membros, por atividades que desenvolve e pelo patrocínio de organizações públicas e privadas. Sua sede é junto à UNESCO em Paris (França). Seu Conselho Consultivo é integrado por representantes dos Comitês Nacionais, dos Comitês Internacionais e das Organizações Regionais. Composto por mais de 20.000 membros, os afiliados do ICOM têm hoje a possibilidade de participar das atividades de 116 Comitês Nacionais e 30 Comitês Internacionais. Esses comitês compuseram grupos especializados em assuntos de interesse variado, porém ligados aos museus. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/index.cfm?canal=icom>> Acesso em 08/02/2014.

Segundo Yassuda (2009, p.35):

No entanto, a informatização não poderia resolver os problemas de coleta sistemática de informações sobre a propriedade intelectual, se restringindo à atividade de armazenamento, organização e comunicação de informações de modo rápido.

Os museus possuíam características próprias e acervos diversificados, o que acaba por comprometer a eficácia do sistema de padronização, não atendendo a necessidade de todos e tornando-se difícil a regulamentação.

Em 1970, na intenção de diminuir tais imparcialidades, o CIDOC se centralizou em dois pontos: um estudo das necessidades dos museus e o estabelecimento de um conjunto mínimo de dados, para a descrição dos objetos de museu.

Os museus passaram por reformulações, com o objetivo de atender as demandas da sociedade contemporânea, que necessitava de um fazer museológico diferenciado e atuante. Em 1972, foi criado um documento que contribuiu para a reflexão do papel dos museus na educação da sociedade, atuando como agente de desenvolvimento, de acordo com a Mesa Redonda de Santiago⁸.

A prática e o pensamento museológico entram em processo de mudanças e os museus tornam-se comprometidos com o exercício da cidadania, buscando ser ativos e envolvidos cada vez mais com a sociedade. Nessa conjuntura os profissionais de museus abordam a questão da interdisciplinaridade na perspectiva de consolidar tais ideais. Segundo Primo (1999, p.03), “o museólogo é entendido enquanto ser político e social”.

Nesse sentido, os objetos deixam de ser coletados apenas com o objetivo de representar, passando a ser suporte de memória e mediador de relações, tornando-se um elemento difusor, com carga simbólica que permite a interação com a comunidade. Essa conversão evidencia o papel de uma documentação museológica

⁸ “Documento que define o novo conceito de ação dos museus: O Museu Integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Com este novo conceito de museu, a instituição passa a ser entendida enquanto instrumento de mudança social, para o desenvolvimento e enquanto ação. Passando assim, a trabalhar com a perspectiva de patrimônio global.” Fonte: PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. In: Cadernos de Sociomuseologia Nº 16, 1999, p.03. Disponível em: http://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC%20PDF/199901104.pdf. Acesso em 28/12/2013.

mais efetiva, um instrumento que necessita consolidar o objeto como um documento.

Na década de 80, é aprofundada a questão da interdisciplinaridade na proposta de uma Nova Museologia, com a Declaração de Quebec⁹. Este fato repercutiu na área da documentação museológica, evidenciando a pesquisa científica como um elemento relevante, pois até então se preocupava apenas em fundamentar a documentação segundo as necessidades dos museus, assim como descrever os objetos.

A delimitação da importância e o papel da documentação não estavam definidos. Em meio a preocupações e discussões, sempre na intenção de promovê-la, surgiram duas tendências: a reflexiva e a tecnicista.

Para Cerávolo e Tálamo, (2007, p.06):

(...) Dessas duas tendências decorrem modos diferentes de tratar a informação e, portanto, a documentação sobre os objetos que se encontram nos museus. Segundo a tendência reflexiva, o objeto é individualizado, associado à pesquisa e produção de novos conhecimentos. Pretende-se compreender o objeto/documento sem que fique num segundo plano, necessidades informacionais da própria instituição. Na tendência tecnicista, percebe-se que a coleta de dados sobre os objetos de museu não apresenta maiores particularidades, uma vez que a meta principal é a prestação de contas para instâncias administrativas e, em menor grau, a produção de novos conhecimentos.

No entanto, as autoras (2007, p.06) afirmam que “optar por uma ou outra ou a combinação de ambas, significa também impor diretrizes para os fluxos de processamento da informação nos museus. Mas não é só da escolha de uma tendência que esse fluxo se organizará.”

No Brasil, Fernanda Camargo-Moro desenvolveu um trabalho com base em sua experiência internacional junto ao ICOM e aos museólogos documentalistas, produzindo um livro que cooperou com os delineamentos da documentação museológica. Para a autora (1986, p.41), a documentação sempre foi um “fator imprescindível para todas as atividades do museu”. Sua produção bibliográfica

⁹ Nesse evento, “a investigação e a interpretação assumiam importância no contexto museológico. O objectivo da museologia deveria ser, a partir deste momento, o desenvolvimento comunitário e não só a preservação de artefactos materiais de civilizações passadas.” Fonte: PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. In: Cadernos de Sociomuseologia Nº 16, 1999, p. 05. Disponível em: http://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC%20PDF/199901104.pdf. Acesso em 28/12/2013.

mostra os procedimentos técnicos e um conjunto de normas que são a base do trabalho de profissionais que atuam nesta área.

Na década de 90, o controle terminológico começou a ser discutido, possibilitando a padronização da linguagem documental; além dos aspectos descritivos do objeto. Em 1992, a Declaração de Caracas¹⁰ propôs um novo conceito de museu, o museu integrado.

No decorrer desta década, foram determinadas terminologias e vocábulos padronizados a serem instaurados à linguagem documental; facilitando assim, a concepção da pesquisa. Com estas ações foram criados grupos, programas e organizações preocupadas, em manter o aperfeiçoamento de tais práticas.

De acordo com Yassuda (2009, p.37):

O Consórcio para Intercâmbio de Informação de Museu- CIMI desenvolveu o XML Schema, para descrição de objetos de museus. Este programa foi baseado no SPECTRUM e denomina-se CIMI XML Schema. Ele permite uma rica descrição da informação relativa aos objetos de museus, incluindo informações associadas a pessoas, lugares e eventos acerca da história dos objetos, bem como informação sobre o gerenciamento e uso.

Os museus que têm como objeto de estudo o patrimônio de cultura material, quando documentado contribui para que a memória seja preservada. Os sistemas documentais nos museus brasileiros são realizados de acordo com a particularidade de cada coleção; seguindo padrões gerais e enfatizando os fatores específicos.

Para Oliveira (2009, p.35), a documentação e todos os esforços cooperativos para a padronização e realização encontram-se na fase embrionária. Segundo Yassuda (2009, p.36), hoje os métodos de documentação de museu continuam em processo de estruturação, adaptando-se às tecnologias vigentes no mundo globalizado.

A mesma autora (2009, p.27) menciona que:

(...) a documentação é restrita a pesquisadores, o público em geral não tem acesso à ela. No entanto, com as mudanças atreladas às tecnologias de comunicação vigentes, o acesso à distância tornou-se uma realidade e uma

¹⁰ Na Declaração de Caracas procura que a instituição museal “encontre espaço para o diálogo e que a função pedagógica.”. “Propõe que o museu assuma a sua responsabilidade como gestor social, através das propostas museológicas que reflectam os interesses das comunidades e utilizem uma linguagem comprometida com a realidade, sendo esta a única forma de transformá-la” (ibidem). Fonte: PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. In: Cadernos de Sociomuseologia nº 16, 1999, p. 06 - 11. Disponível em: http://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC%20PDF/199901104.pdf. Acesso em 28/12/2013.

necessidade emergente, dando margem a novas formas de acesso e, portanto, a estudos de usuários e de suas necessidades informacionais.

Conforme Ballardo e Milder, (2011, p.31):

No Brasil, a criação de normas padronizadas para sistemas de documentação está limitada a catalogação e a terminologia adotada. No entanto, experiências que estão funcionando em instituições que trabalham com acervos museológicos e o desenvolvimento de pesquisas com base em trabalhos bem sucedidos, já estão sendo compartilhados no meio técnico e acadêmico.

O CIDOC continua operando para promover, através de programas de formação pelo mundo, a progressão desta área da museologia. Em 2013, foi realizado um programa de formação que trata das questões singulares da Documentação Museológica, com a colaboração da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, o Museu da Imigração, a Pinacoteca do Estado e o Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

As discussões propiciaram uma ampliação para que tal prática seja regulamentada; de acordo as exigências e missão dos museus. A preocupação com a qualidade dos serviços administrados pela área é recorrente e as produções bibliográficas sobre a temática, permitem que cada instituição adapte à sua realidade, com uma base formal de experiências com outros museólogos.

3.2- Documentação Museológica e suas abordagens conceituais

Segundo Ferrez (1994, p.65), “os museus, assim como a própria Museologia, estão voltados basicamente para a preservação, a pesquisa e a comunicação das evidências materiais do homem e do seu meio ambiente, isto é do seu patrimônio cultural e natural.” Portanto, as ações realizadas com os objetos de cultura material se tornam o elo que permite o desenvolvimento das funções museológicas. Cada área técnica (Gestão, Documentação, Conservação, Comunicação e Educação) tem como denominador comum, a pesquisa e as mesmas se inter-relacionam.

Deste modo, os museus possuem o caráter preservacionista, o que consolida em duas perspectivas: a preservação da memória por meio do objeto com todas as possibilidades de informações contidas nele e a preservação da estrutura física dos bens materiais. Dessa forma atua nos processos de conservação, seleção e

documentação. Esta última, por sua vez, ocupa um lugar relevante numa instituição museológica, como é citado na Política de Preservação de Acervos Institucionais (1995 p. 19-20):

A instituição deve considerar que, no âmbito da preservação do acervo, a documentação ocupa lugar relevante, sendo diretamente responsável pela manutenção da memória institucional e dos acervos; Todo bem cultural pode ser entendido como documento por si mesmo, portador de informações, mas é a documentação técnica produzida a partir do bem cultural, o conjunto de conhecimentos sobre o mesmo, que o mantém contextualizado e atuante; Devem ser estabelecidas normas técnicas e rotinas para elaboração do sistema de documentação relacionado com o acervo, e a instituição deve encarregar profissional capacitado para este trabalho;

Nesse segmento Cândido (2006 p.34) diz que os museus se vêem diante de um grande desafio, que é “preservar o objeto e a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento.”

Chagas (1994, p.37) define objeto como documento que ensina (doccere), ou mais precisamente, aquilo que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa a alguém. Sendo indispensável, a realização da preservação do mesmo, para que se mantenha a historicidade e com isso, a perpetuação do conhecimento.

Nascimento (1998, p.38), define documento como:

Um meio que através da pesquisa, chega-se ao processo de produção de conhecimento, tendo como vetor a produção cultural do homem, que não é dissociado da rede de relações: sociais, políticas e econômicas na qual foi produzido, tendo um significado cultural de uso, função e movimento no passado e no presente. Ou seja, cuja historicidade do objeto museal representa um corte sincrônico, onde está presente as relações desiguais, diacrônicas, que se expressam na sua história, seja ele material e imaterial.

Para a mesma autora (2006, p.38), o documento é consagrado como tal, pela capacidade de produzir conhecimento, sendo possível desvendar os fragmentos da realidade ao qual se insere independente do suporte material.

De acordo com Cândido (2006, p.34):

Partindo-se do pressuposto de que objetos/documentos são suportes de informação, o grande desafio de um museu é preservar o objeto e a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento. Portanto, deve-se entender a preservação não como um fim, mas como um meio de se instaurar o processo de comunicação (...)

O objeto como documento possibilita o reconhecimento da cultura de uma determinada sociedade através de exposições, divulgação deste acervo mediante trabalhos acadêmicos, publicações e internet; a partir do momento em que está inserido no ambiente museológico.

A mesma autora (2006, p.36) diz que:

O potencial de um objeto museológico como bem cultural se estabelece a partir do somatório das informações de que ele se torna portador. Ou seja, materiais, técnicas, usos, funções, alterações, associados a valores estéticos, históricos, simbólicos e científicos são imprescindíveis, para a definição do lugar e da importância do objeto como testemunho da cultura material. Mas para além desta abordagem, contendo informações intrínsecas e extrínsecas sobre o objeto, é importante ressaltar que este só se torna um bem cultural quando o indivíduo/ a coletividade assim o reconhece.

Peter Van Mensh, professor de Teoria Museológica da Reinwardt Academy - Museology Department, (1989 apud Chagas, 1994, p.38), criou três matrizes principais, para classificar os objetos museológicos, passando assim a documentá-los:

A - Propriedades físicas

1. Composição material
2. Construção técnica
3. Morfologia subdividida em:
 - a. Forma espacial e dimensões
 - b. Estrutura de superfície
 - c. Cor
 - d. Padrões de cor e imagem
 - e. Texto (quando for o caso)

B- Função e significado

1. Significado primário
 - a. Significado funcional
 - b. Significado expressivo (valor emocional)
2. Significado secundário
 - a. Significado simbólico
 - b. Significado metafísico

C- História

1. Genesis, o processo através do qual a ideia e a matéria prima se mesclam em uma forma.
2. Tratamento
 - a. Primeiro uso (geralmente em concordância com as intenções do artífice)
 - b. Reutilização
3. Deterioração
 - a. Fatores endógenos
 - b. Fatores exógenos
4. Conservação e restauração.

Portanto, transformá-los em documentos se torna uma tarefa complexa e necessária na função museal, pelo fato de abranger tais aspectos a serem analisados, considerados como medidas fundamentais para obtenção de informações precisas sobre determinado acervo.

Conforme Pinheiro (2010, p. 81), os museus em seus desdobramentos também são compreendidos como sistemas de informação que encontram nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), base para o encadeamento de sistemas de documentação museológica eficazes para a recuperação, controle e disseminação.

A mesma autora (2004, p. 02) afirma que “embora a informação não possa ser definida nem medida, o fenômeno mais amplo que este campo do conhecimento pode tratar é a geração, transferência ou comunicação e uso da informação”.

Para Loureiro (2010, p. 28):

(...) O objeto musealizado, que integra os conjuntos de coleções denominadas de acervos, é o cerne de todo e qualquer empreendimento nos horizontes museológicos. Se em muitas outras áreas, a justificativa, a validação e legitimação de sua existência histórica e social encontram-se nas práticas logocêntricas de inscrição, nos museus a justificação e a validação de sua existência se dão em função, ou a partir do objeto enquanto documento.

A documentação museológica é uma ferramenta indispensável para integrar o objeto no âmbito em que se encontra inserido, sistematizando, padronizando e salvaguardando as informações mais importantes; proporcionando a interação entre o objeto e o seu contexto.

Ferrez (1994, p. 65) define a documentação museológica como:

O conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

A autora (1994, p. 70) ainda afirma que a documentação museológica é “um sistema composto de partes inter-relacionadas que formam um todo coerente, unitário, que intermedia fontes de informação e usuários, e se estrutura em função

do objetivo de atender às necessidades de informação de sua clientela. Desta maneira, os conceitos explanados viabilizam a representatividade desse campo de atuação como indispensável em todos os setores do museu, seja na forma de assegurá-los, ter o controle, recuperar instantaneamente as informações, como propicia o melhor envolvimento da sociedade com a cultura material e realização do processo de comunicação.”

Segundo Nascimento (1998, p. 94):

A documentação museológica é a ação que vai fundamentar o fazer museológico das outras ações no interior do museu, não deve ser entendido como a principal, ou a mais importante, mais concebida como um processo educativo que estará engajado a uma concepção de educação da instituição museu. Não sendo assim, continuará como um banco de dados de itens que nada comunicam, a não ser o que menos se necessita para a compreensão do objeto museal.

Sendo assim, as informações intrínsecas e extrínsecas dão sentido a todo o processo de investigação, sendo um eixo de estudo para os profissionais que estarão submetidos a tarefa de pesquisar a historicidade do objeto. Levando-se em conta os fatores externos a ele, compreendendo o significado e a relevância histórica, social, cultural, artística e política de cada objeto do museu; de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição.

Para Ferrez (1994, p.64):

(...) Se a documentação não der conta dessas informações, os museus, sobretudo os de caráter histórico, correm o risco de ser repositórios de objetos sem passado, que só poderão ser analisados e interpretados por suas propriedades físicas, limitando o trabalho da Museologia/Museografia de comunicar.

A reflexão da autora evidência a importância da documentação, de modo que os museus não se tornem gabinetes de curiosidades, com exposições de objetos sem sentido para a sociedade, culminando no fracasso. O sistema documental adequado possibilita o modelo de gestão institucional, que melhor atenderá o seu público.

Loureiro (2010, p.104) diz que:

A documentação museológica não é fim, mas um meio. É uma ferramenta indispensável, não só para a localização de itens da coleção e o controle

dos deslocamentos internos e externos dos objetos, para o desenvolvimento de exposições ou outras atividades do museu, para a recuperação das informações intrínsecas e extrínsecas contidas ou relacionadas aos objetos individualmente ou em conjunto; mas também fonte para a pesquisa em diferentes disciplinas.

Camargo-Moro (1986, p.45), afirma que “as técnicas da documentação de um acervo podem variar, de acordo com a instituição museológica”. O importante é que todos os objetos devem estar regulamentados com uma documentação que legalize a sua situação na instituição, sendo ele de caráter permanente ou temporário.

Segundo a Política de Preservação de Acervos Institucionais (1995, p.20), esse momento deve fundamentar em princípios e normas técnicas pertinentes aos objetivos institucionais, de acordo com a Política de Aquisição previamente elaborada.

Conforme Ferrez (1994, p.68), os componentes que constituem a documentação museológica são: entrada com a seleção e aquisição do acervo, organização e controle, recuperação e disseminação.

A Comissão de Política de Acervos é responsável por analisar e avaliar a seleção, as formas de aquisição como: doação, compra, permuta (troca) e legado (herança comprovada por meio de testamento); como também providenciar o descarte ou baixa dos mesmos. Sendo assim, os museus devem elaborar documentos que legalize os acervos como: Termo de Doação, Termo de Empréstimo, Termo de Comodato e Termo de Descarte, assim como guardar a nota fiscal de compra do objeto.

Segundo Ladkin (2004, p.18), para que a gestão de coleções tenha sucesso, as decisões sobre o acervo do museu devem ser tomadas, de modo consistente e após consideração cuidadosa.

Camargo-Moro (1986, p.19) conclui:

Para que um museu possa funcionar bem, atendendo a sua proposta como instituição é preciso que a aquisição de seu acervo seja bem selecionada, além de sistematizada. A idéia de selecionar acervo, sistematizando a aquisição, não implica em qualquer tipo de atitude anti-expansionista, e tem a missão de uma boa estruturação do mesmo, isto é, a vinculação perfeita entre acervo x filosofia da instituição x proposta de trabalho x comunidade.

Dessa forma, o cuidado pela seleção do que será representativo e herança cultural, reflete numa responsabilidade que engloba não somente os aspectos formais de um objeto, mas a tendência e a sua configuração para com o homem.

Posterior a etapa de seleção e aquisição, o objeto inicia com procedimentos de tratamento da informação. O Registro ou Inventário é um dos componentes da documentação que permite assegurar o acervo salvaguardado, consistindo no controle e identificação. Segundo os Princípios Básicos da Museologia (2006, p.36-40), este componente contempla 3 fases: “1) Ficha de entrada: preenchida logo quando o objeto é inserido no acervo, onde recebe um número de registro. 2) Numeração, é escolhido o tipo numeração que mais se adequa a necessidade do museu, podendo ser: corrido, alfa numérico, bipartido, binário seqüencial e tripartido e 3) Livro de tomo ou também chamado de Registro: livro onde registra-se todos os objetos do museu.”

Cândido (2006, p.40) compreende que, “o código de identificação de cada objeto deve ser obrigatoriamente registrado no próprio, através de etiquetas ou outro tipo de marcação, sendo imprescindível a participação de um conservador neste processo.”

Segundo Camargo-Moro (1986, p.42), esses procedimentos são identificados como decodificação básica, ou primeira etapa da documentação museológica.

A Classificação/catalogação: constitui-se em fichas individuais com informações sobre cada acervo do museu. Como assinala a mesma autora (1986, p. 79), esta segunda etapa refere-se a decodificação de profundidade. A autora não estabelece um padrão para a formação das fichas de catalogação, porém menciona que independente da especificidade do acervo, os itens abaixo são reconhecidos e recomendados pelo Comitê Internacional de Documentação - CIDOC e devem constar no Livro de Registro:

- ❖ Nome da instituição;
- ❖ Número de Registro da peça;
- ❖ Data de ingresso ou aquisição;
- ❖ Nome do objeto;
- ❖ Descrição;
- ❖ Classificação Genérica;
- ❖ Forma de ingresso ou de aquisição;
- ❖ Origem;

- ❖ Procedência;
- ❖ Histórico do objeto;
- ❖ Observação

Camargo-Moro (1986, p.80) ressalta que o preenchimento das fichas classificatórias deve ser realizado mediante a presença do objeto, para instituir uma leitura museológica, além de ser obrigatório ter “um glossário para denominações (nomenclaturas) e para o seu próprio preenchimento”.

A disseminação- refere-se à investigação do acervo, através de pesquisas e o mesmo é divulgado para a sociedade. A eficácia da documentação é confirmada quando os museus, a partir de seus produtos documentais gerados encontram base para promoção e difusão do conhecimento, indo além do controle e organização do acervo.

Para Yassuda (2009, p. 107):

O processo de documentação faz sentido quando a instituição museológica cria seus documentos. A partir daí, é possível traçar um plano de metas para a construção de um sistema documental que atenda às necessidades da instituição. Por exemplo, um museu que restringe sua documentação ao inventário da coleção, provavelmente, não se preocupa com o acesso a essa informação. No entanto, se o papel da documentação se amplia, servindo inclusive como fonte de informação para pesquisa, será necessário multiplicar as formas de acesso.

Neste caso, a pesquisa documental em museus não se finda, as possibilidades de informação não se esgotam, pois os objetos continuam sua história, no momento em que participam de exposições, passam por processos de intervenções e mudam a localização. Portanto, devem ser documentadas e atualizadas e não existe um padrão a ser seguido. Cada museu cria um sistema documental de acordo com as suas particularidades, desenvolvendo suas funções sem comprometê-las.

4- METODOLOGIA

Para Gerhardt e Souza (2009, p.12), “a metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência (...)”. Portanto, é um elemento indispensável na configuração de uma pesquisa, pois contribui no direcionamento dos percursos a serem seguidos, para o alcance dos resultados e objetivos propostos.

De acordo com Silveira e Córdova (2009, p.31), “a pesquisa pode ser classificada quanto a sua abordagem, natureza, objetivos e procedimentos técnicos”. Desta maneira, existem muitas possibilidades para adequação da pesquisa e cada uma delas de forma particular, oferece um parâmetro que norteará as ações, investigações e etapas a serem tomadas.

Segundo Engel (2000, p.182):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como independente, não-reativa e objetiva. Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática.

Para Denzin e Lincoln (2000, p.01), a abordagem qualitativa:

[...]envolve uma abordagem interpretativa e naturalista de seu objeto de estudo. Isso significa que pesquisadores qualitativos estudam coisas em seu cenário natural, buscando compreender e interpretar o fenômeno em termos de quais os significados as pessoas atribuem a ele.

A pesquisa qualitativa é representativa para a compreensão contextual de todos os processos que norteiam a pesquisa, tornando-se importante para contribuir no gerenciamento destas informações. Consiste em obter informações descritivas sobre o objeto de estudo, para melhor compreendê-lo, na intenção de criar hipóteses e qualificar o estudo numa análise que fundamentará a sua essência.

Por conseguinte a pesquisa-ação, ao tempo que recolhe informações, possibilita que o pesquisador seja um agente investigativo e atuante, permitindo intervir e proporcionar mudanças no ambiente pesquisado, sendo o método ideal para o cumprimento do trabalho.

Neste sentido, a realização do trabalho ocorreu entre 31 de outubro de 2013 a 24 de janeiro de 2014 e as atividades que permitiram alcançar os objetivos propostos foram organizadas em etapas da seguinte forma:

- 1. Apresentação da proposta de documentação no MACT e escolha da coleção:** das três coleções existentes no Museu Antares de Ciências e Tecnologia, foi escolhida a Coleção Rochas e Minerais.
- 2. Levantamento bibliográfico:** esta etapa possibilitou reunir, organizar e fichar as obras que deram suporte para a formulação do presente trabalho, utilizando as referências bibliográficas sobre o histórico de Feira de Santana, da instituição museológica e as áreas de Documentação Museológica e Geologia, existentes na Biblioteca da UEFS e da UFRB; como também imagens da internet.
- 3. Visita a outra instituição museológica:** foi realizada uma visita ao Museu Geológico da Bahia (MGB) no dia 31 de outubro de 2013, que salvaguarda acervo similar e que tem o sistema documental definido, servindo como base nas primeiras etapas do processamento técnico da documentação museológica. A partir da observação e do diálogo com o responsável da área, foi possível analisar alguns procedimentos documentais adotados e relacionar com a necessidade do MACT.
- 4. Coleta de dados:** esta etapa consistiu em reunir as bases documentais existentes no MACT. Foi realizada uma revisão e análise da documentação produzida pelo museu. A maioria dos objetos da coleção Rochas e Minerais está localizada na Reserva Técnica e a outra parte na sala de exposição. Na Reserva Técnica, os acervos estão organizados em caixas de diferentes tamanhos nos armários de aço; enquanto outros foram colocados soltos no armário sobre o papel de seda. **(Figuras 8 e 9)**



FIGURA 8– Coleção Rochas e Minerais na Sala de Exposição.
Fonte: Autora, 2014.



FIGURA 9- Localização do acervo na Reserva Técnica.
Fonte: Autora, 2014.

No que se refere à documentação museológica, o acervo dispõe apenas de uma planilha de arrolamento e termo de doação (**Anexo 3**). Na planilha de arrolamento encontra-se o levantamento completo da coleção, contendo informações referentes ao número de registro de cada peça, identificação e a classificação dos objetos. Os termos de doação que compreendem a maioria das peças, foram preenchidos depois da doação, assim como a aplicação do questionário, com perguntas correspondentes a origem das peças.

Segundo o depoimento de Lise Marcelino (Museóloga do MACT) realizado no dia 24 de novembro de 2013, o acervo foi organizado em classes, a numeração bipartida foi adequada aos parâmetros adotados, colocando no lugar da sigla do museu, a sigla da classe que foi pré-estabelecida, seguido de um ponto e o número único de ordem de cada classe: Exemplo: RM.01. Desta forma, ao olhar a sigla, a identificação da coleção pertencente será imediata.

5. Análise e Intervenção da documentação

5.1- Marcação provisória das peças: para cumprir com o objetivo do trabalho, foi imprescindível a análise dos procedimentos da documentação museológica realizados anteriormente, para a confirmação e/ou a correção das imprecisões.

Não houve necessidade de atualizar o termo de doação, pois os campos destinados a obter informações sobre a procedência do acervo foram devidamente preenchidos.

Após reuniões com a museóloga da instituição Lise Marcelino Souza e visita ao Museu Geológico da Bahia (MGB), foi tomada a decisão de intervir no número de registro da referida coleção. Foi necessário realizar esse procedimento, pois muitas amostras pertencentes ao mesmo objeto foram arroladas individualmente. Sendo assim, as mesmas foram reunidas em lotes e identificadas apenas como um objeto na planilha de arrolamento, atribuindo desta maneira um novo número de ordem, o que conseqüentemente interferiu nas demais peças.

A9		
A	B	C
1	Classe Rochas e Minerais	Classe
2	Cilindro com rochas	RM.01
3	Caixa Precious Stones Brazil	RM.02
4	Caixa pedras brasileiras	RM.03
5	Estrela com fragmento de meteorito	RM.04
6	Estrela com fragmento de meteorito Bendegó	RM.05
7	Calcário no.02/Vitrine	RM.06
8	Fluorita no.03/Vitrine	RM.07, RM.08, RM.09, RM.10, RM.11, RM.12, RM.13, RM.14, RM.15, RM.16, RM.17, RM.18, RM.19
9	Ametista no.04/Vitrine	RM.20, RM.21, RM.22, RM.23, RM.24, RM.25, RM.26, RM.27, RM.28, RM.29
10	Estibilita no.05/Vitrine	RM.30, RM.31
11	Carvão mineral no.06/Vitrine	RM.32
12	Arenito no.07/Vitrine	RM.33
13	Diabásio no.08/Vitrine	RM.34
14	Ágata no.09/Vitrine	RM.35, RM.36
15	Gnaiss no.01/Vitrine	RM.37
16	Granito no.10/Vitrine	RM.38
17	Quartzito no.11/Vitrine	RM.39
18	Cristal de rocha no.12/Vitrine	RM.40

FIGURA 10- Planilha de arrolamento antes da correção.

Fonte: Arquivos do Museu Antares de Ciência e Tecnologia, 2013.

D8	
A	B
1	NOME DE ORDEM
2	NÚMERO DE ORDEM
2	Cilindro com rochas
3	Caixa Precious Stones Brazil
4	Caixa pedras brasileiras
5	Estrela com fragmento de meteorito
6	Estrela com fragmento de meteorito Bendegó
7	Calcário no.02/Vitrine
8	Fluorita no.03/Vitrine
9	Ametista no.04/Vitrine
10	Estibilita no.05/Vitrine
11	Carvão mineral no.06/Vitrine
12	Arenito no.07/Vitrine
13	Diabásio no.08/Vitrine
14	Ágata no.09/Vitrine
15	Gnaiss no.01/Vitrine
	RM.01
	RM.02
	RM.03
	RM.04
	RM.05
	RM.06
	RM.07 (COM TREZE UNIDADES)
	RM.08 (COM NOVE UNIDADES)
	RM.09
	RM.10
	RM.11
	RM.12
	RM.13 (Com duas unidades)
	RM.14

FIGURA 11- Planilha de arrolamento após a correção.

Fonte: Arquivos do Museu Antares de Ciência e Tecnologia, 2013.

Após a atualização foi necessário marcar provisoriamente todas as peças, não sendo possível realizar após esta etapa, a marcação semipermanente do acervo, por falta da caneta-nanquim. Por causa disto, foi confeccionada a etiqueta de papel ofício com a numeração visível anexada aos objetos, de modo a relacioná-los com a documentação produzida. Segundo Roberts (2004, p.38), “esta etapa é importante, para que haja a relação entre o objeto e sua documentação, que pode ser feita tanto na própria estrutura física do objeto, quanto por uma etiqueta.” Como medida provisória, este procedimento consistiu na adoção de saco plástico transparente para colocar os objetos que não tinham recipientes próprios, a fim de assegurar que a numeração estivesse correlacionada com o objeto, evitando a perda. **(Figura 12)**



FIGURA 12- Marcação Provisória.
Fonte: Autora, 2014.

5.2- Criação e preenchimento da planilha de arrolamento: nesta etapa foi criada uma planilha de arrolamento para a coleção Rochas e Minerais **(Figura 13)**. Foram contemplados nove itens: Número de Registro, identificação do objeto, coleção, procedência, dimensões, peso, localização, estado de conservação e observação.

Em seguida, os dados foram transferidos para a nova planilha de arrolamento. Das 232 peças do acervo foram incluídos apenas 175 objetos na nova planilha, ficando o restante para ser preenchido em outro momento, devido ao curto prazo para a realização do trabalho.

Foram preenchidos os dados referentes ao termo de doação e depois, o restante. As peças doadas anteriormente ao preenchimento do termo de doação possuíam duas datas: A primeira refere-se à data de aplicação do Termo de Doação na instituição e a outra, a data em que o doador lembra que foi realizada a doação ao museu.

Em consonância com a especificidade do acervo foi atribuído o item peso, para identificar as amostras de forma precisa, pois muitas foram unidas ao lote, tornando impossível obter a dimensão. Para conseguir o peso do acervo foi utilizada a balança de 5kg da Startools, a qual tem escala digital, com a capacidade máxima de 5.000 g em divisões de 1g ou 200oz em divisões de 0,1 oz. A medida utilizada foi o grama. O nome do objeto vem acompanhado de uma identificação, referente à sua localização e remessa da chegada à instituição. Neste segmento, esta informação foi transferida para o campo: observação.

Muitos objetos possuíam embalagens próprias de acondicionamento, o que permitiu obter dois pesos: com e sem embalagem. Deste modo, foi preenchida na tabela a sigla “c/”, para notificar o peso equivalente ao objeto somado a sua embalagem e “s/”, para notificar o peso da peça sem a embalagem.

No que se refere à dimensão foram adotadas algumas convenções. As peças reunidas em lotes ou mesmo aquelas que possuíam mais de uma rocha ou mineral não foram utilizadas tais medidas, ficando o item peso encarregado de confirmar se houve a perda do objeto com o decorrer do tempo. Nas peças soltas foram obtidas medidas das extremidades maiores, adotando a nomenclatura dimensão 1, dimensão 2 e restante do acervo foi recebido as medidas de altura, largura e comprimento.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1											
2	 PLANILHA DE ARROLAMENTO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS 										
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10	Número de Registro	Nome do objeto	Data de Aquisição	Coleção	Origem	Procedência	Peso (gramas)	Dimensões	Estado de Conservação	Localização	Observações
11											
12											
13											
14											
15											
16											
17											
18											
19											
20											
21											
22											
23											
24											

FIGURA 13- Nova planilha de arrolamento da Coleção Rochas e Minerais
Fonte: Autora, 2014.

5.3- Criação e preenchimento da Ficha de Catalogação: nesta etapa foi criada uma ficha de catalogação com itens que abrangem informações básicas de investigação e descritores que possibilite pesquisas mais aprofundadas. Desta maneira, inicialmente foram colocados os itens mínimos e obrigatórios, estabelecidos pelo CIDOC e posteriormente, a adequação dos itens de acordo com a especificidade do acervo.

A ficha de catalogação da Coleção Rochas e Minerais contém trinta e quatro itens organizados em seis grupos: 1) Número de Registro. 2) Dados de Identificação: nome do objeto, termo/classificação, data de aquisição, forma de aquisição, origem, procedência, descrição, registro fotográfico, dimensões e peso. 3) Imagens. 4) Dados técnicos da amostra: MINERAL- grupo, composição química, dureza, densidade e cor. ROCHA- tipo, composição mineral, composição química e textura; contexto geológico, coletor e importância econômica. 5) Dados históricos: Localização, pesquisas, exposições, publicações, observações, referências bibliográficas e estado de conservação. 6) Preenchimento: Data, Nome do museólogo responsável pela instituição e nome do responsável pelo registro.

(Figura 14)

 MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATORIO ASTRONOMICO ANTARES 							
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais							
1. NÚMERO DE REGISTRO: <input type="text"/>							
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO							
2.1 Nome do objeto	<input type="text"/>						
2.2 Classificação/Termo	<input type="text"/>						
2.3 Data de Aquisição	<input type="text"/>						
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta						
2.5 Origem	<input type="text"/>						
2.6 Procedência	<input type="text"/>						
2.7 Descrição	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;">2.8 Registro Fotográfico</div>						
	<table border="1"> <tr> <td>2.9 DIMENSÕES (mm)</td> <td>2.10 PESO (g)</td> </tr> <tr> <td>Comprimento:</td> <td rowspan="3"><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Largura:</td> </tr> <tr> <td>Altura:</td> </tr> </table>	2.9 DIMENSÕES (mm)	2.10 PESO (g)	Comprimento:	<input type="text"/>	Largura:	Altura:
2.9 DIMENSÕES (mm)	2.10 PESO (g)						
Comprimento:	<input type="text"/>						
Largura:							
Altura:							

3. IMAGENS	
<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>

4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA			
4.1 MINERAL		4.2 ROCHA	
4.1.1 Grupo		4.2.1 Tipo	
4.1.2 Composição Química		4.2.2 Composição Mineral	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.1.3 Dureza		4.2.3 Composição Química	
4.1.4 Densidade		4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica
4.1.5 Cor			<input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica
		<input type="checkbox"/> Outro:	
4.3 Contexto Geológico			
4.4 Coletor			
4.5 Importância Econômica		<input type="checkbox"/> Minérios <input type="checkbox"/> Pesquisa	
		<input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Ornamentação	
		Outros aspectos:	

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	
5.6 Referências Bibliográficas	
5.7 Estado de Conservação	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular
6. PREENCHIMENTO	
6.1 Local/Data	
6.2 Nome do museólogo responsável	
6.3 Nome do responsável pelo registro	

Figura 14- Ficha de Catalogação criada para a Coleção Rochas e Minerais
 Fonte: Autora, 2014.

Para o preenchimento dos itens da ficha de catalogação foi necessário criar um glossário a seguir:

1. NÚMERO DE REGISTRO: refere-se ao número de registro do objeto.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1 Nome do Objeto: nomenclatura do acervo.

2.2 Classificação/Termo: refere-se à classificação do acervo, seguido do substantivo comum que identifica o objeto na coleção, de acordo com aquela estabelecida pelo museu. Exemplo: Rochas e Minerais/Amostra de mineral.

2.3 Data de Aquisição: refere-se à data de aquisição da amostra, afirmada a partir do termo de doação.

2.4 Forma de aquisição: aponta a forma pela qual o objeto passou a integrar a coleção do Museu, tendo as seguintes opções: doação (por meio de pessoas físicas ou jurídicas), compra e permuta (proveniente de troca com outros órgãos públicos).

2.5 Origem: corresponde ao local de origem da amostra, apontado pela Cidade/Estado.

2.6 Procedência: indica o último proprietário da peça, antes da entrada do objeto na instituição.

2.7 Descrição: descrever detalhadamente a peça.

2.8 Registro fotográfico: imagem da amostra para identificação imediata.

2.9 Dimensões: medida da peça em milímetros, fornecendo os dados do objeto.

3. IMAGENS: fotos da amostra em ângulos diferentes, de modo a favorecer a visualização dos detalhes do objeto.

4. DADOS TÉCNICOS este item deve ser preenchido segundo a especificidade da amostra, as quais podem ser:

4.1- MINERAL:

4.1.1 Grupo: identifica o grupo a qual pertence o mineral.

4.1.2 Composição Química: descreve o elemento químico, que compõe o mineral.

4.1.3 Dureza: descreve a resistência do mineral.

4.1.4 Densidade: descreve o peso específico em gramas.

4.1.5 Cor: identifica a cor do mineral.

4.2- ROCHA:

4.2.1 Tipo: identifica o tipo de rocha do mineral.

4.2.2 Composição Mineral: identifica os minerais constituintes da rocha, segundo a classificação da proporção aproximada: Leucocrático, Melanocrático ou Mesocrática.

4.2.3 Composição química: identifica a composição química, aproximada da rocha.

4.2.4 Textura: aponta a textura referente à amostra: Equigranular, Porfirítica, Orientada, Clástica ou outra.

4.3 Contexto geológico: descreve sucintamente sobre as condições de formação da amostra/fragmento.

4.4 Coletor: descritor a ser preenchido, caso a amostra seja adquirida por meio da coleta.

4.5 Importância econômica: aponta a aplicação da amostra no contexto social, tendo como opções: Minérios, pesquisas, indústria, ornamentação e outros.

5. DADOS HISTÓRICOS DA AMOSTRA

5.1 Localização: indica o local onde está guardado o objeto na instituição.

5.2 Pesquisas: descreve os títulos das pesquisas acadêmicas produzidas, a partir da amostra.

5.3 Exposições: descreve informações sobre as exposições produzidas, com as amostras.

5.4 Publicações: descreve as publicações da categoria científica, produzida a partir da amostra.

5.5 Observações: informações complementares sobre a peça.

5.6 Referências: fontes utilizadas no preenchimento da ficha de catalogação, referentes aos dados específicos das amostras de rocha ou mineral.

5.7 Estado de conservação: aponta o grau de estado de conservação da amostra.

6. PREENCHIMENTO

6.1 Local/Data: refere-se à cidade e a data em que foi preenchida a ficha de catalogação.

6.2 Nome da museóloga responsável: museóloga da instituição.

6.3 Nome do responsável pelo registro: nome da pessoa responsável pelo preenchimento da ficha de catalogação.

Foi criado também um glossário nomenclator (**Apêndice 1**), que define cada descritor da ficha de catalogação de forma a padronizar a linguagem, evitar equívocos e sinônimos no preenchimento das informações.

Ao mesmo tempo em que era realizado o preenchimento da ficha de catalogação, as amostras eram fotografadas para evitar manuseio repetitivo das mesmas. Foram documentados apenas 60 objetos da Coleção Rochas e Minerais utilizando a ficha de catalogação, escolhidos de forma sequencial a partir da planilha de arrolamento. Destes, apenas dez foram selecionados para compor o apêndice do presente trabalho, como critério ilustrativo, sendo cinco correspondentes a amostras de diferentes rochas e cinco de diferentes minerais (escolhidos de forma aleatória).

A documentação produzida foi arquivada no computador da Reserva Técnica do MACT e na pasta Documentação da Coleção Rochas e Minerais, contendo subpastas nomeadas com os respectivos números de registro (**Figura 15**). Deste modo, cada pasta foi destinada a um objeto para guardar sua ficha de catalogação e registros fotográficos.

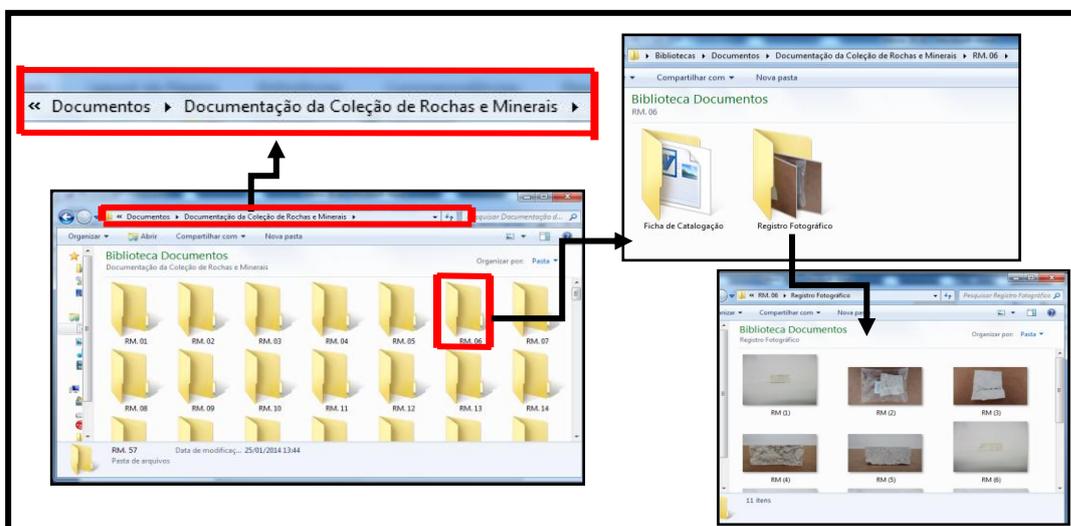


FIGURA 15- Organização da documentação produzida no computador.
Fonte: Autora, 2014.

5- RESULTADOS DA PESQUISA

A finalidade do presente trabalho foi contribuir com a implementação de um sistema de gerenciamento de informações da Coleção Rochas e Minerais no Museu Antares de Ciência e Tecnologia (MACT).

Considerando as premissas da documentação, esta pesquisa colaborou com a organização da documentação produzida anteriormente numa base de dados, difundidas através da ficha de catalogação, que foi o instrumento principal para a organização da mesma. No MACT, a coleção encontrava-se na fase identificada como a primeira etapa da documentação museológica intitulada decodificação básica, como posiciona Camargo-Moro (1986, p.41).

A partir de então foi produzida a documentação sobre o acervo, possibilitando uma melhor organização para fins de controle, localização e identificação de cada peça. Foi produzida uma nova planilha de arrolamento e uma ficha de catalogação específica para a Coleção Rocha e Minerais. O registro fotográfico se tornou um instrumento para identificação do acervo, evitando desordens, no que tange a perda da numeração; podendo ser reconhecida e relacionada através do seu e peso e a verificação imediata com a fotografia.

Segundo Julião (2006, p.97)

(...) a documentação museológica procede à identificação, classificação, organização e ao levantamento de dados históricos dos objetos, constituindo-se a base de informações sobre o acervo do museu. Usualmente é a primeira abordagem que se faz do acervo, com o objetivo de decodificar as informações contidas nos objetos, e criar um instrumento de pesquisa, na forma de um inventário, catálogo ou registro. Constitui um meio de acesso informacional aos bens culturais, que subsidia a gestão do acervo e o desenvolvimento de diferentes atividades do museu, nas áreas de pesquisa, educação e difusão.

O papel disseminador de informações era visto nas exposições, porém não se tinham os instrumentos documentais necessários para que as mesmas fossem preservadas.

Os resultados obtidos na instituição foram positivos, pois o trabalho de documentação museológica da Coleção Rochas e Minerais apresentava lacunas, o que comprometia a disseminação das informações. No momento da execução deste trabalho, decidiu-se criar uma ficha de catalogação que atenda as características específicas de cada coleção.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Museologia teve como objetivo geral a criação de instrumentos de documentação museológica para a Coleção Rochas e Minerais do Museu Antares de Ciência e Tecnologia (MACT) em Feira de Santana.

A única museóloga do MACT realiza as atividades de documentação, conservação, exposições, ações educativas, pesquisa, avaliação de público e divulgação do museu. O que faz com que as atividades de documentação sejam interrompidas sempre.

A ficha de catalogação sobre a Coleção Rochas e Minerais estabeleceu a correlação entre a origem, as propriedades, o contexto atual da produção e o uso da mesma. Surgiram muitas dificuldades, porém estas serviram como experiência e promoveram a busca de sugestões imediatas para o trabalho de documentação museológica no MACT. O preenchimento da ficha de catalogação deste acervo o transformou em documento, capaz de divulgar informações seguras à sociedade. Porém, sugere-se que seja estabelecido um banco de dado, para a digitalização das informações sobre cada objeto. Como também encaminhar os livros didáticos da coleção Biologia e a cópia do termo de doação de cada um para a Biblioteca Setorial da UEFS; para que seja realizada a catalogação deste acervo bibliográfico, de acordo com a prática da biblioteconomia.

Alguns museus acham que a documentação museológica é uma área da Museologia que não apresenta resultados imediatos, parecendo ser dispensável. O trabalho desenvolvido no MACT torna-se um exemplo, para que outras instituições se sintam estimuladas a realizar o mesmo e a partir de então, a divulgação em sites e blogs são essenciais para valorizar a Coleção de Rochas e Minerais.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder; MILDER, Saul Eduardo Seiguer. Um sistema documental para acervos arqueológicos aplicado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas. Arqueológicas/UFSM. Cadernos do LEPAARQ- Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. VIII, nº15/16. Pelotas, RS: Editora 29 da UFPEL, 2011. p.27-40.

CAMARGO- MORO, Fernanda. **Museus Aquisição/Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986, 309p.

CANDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. **In: Caderno de diretrizes museológicas 1**. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília-DF. Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus. Belo Horizonte-MG. 2ª edição. 2006. p.31-90.

CARVALHO, Célia Christina Silva. **Universidade como agente de desenvolvimento local um estudo do papel da Universidade Estadual de Feira de Santana nos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Estêvão de 2003 a 2007**. Salvador. 2008. 302f. : II, p.59-69.

CERÁVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima. Os Museus e a Representação do Conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. **In: VIII ENANCIB- Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Salvador. 2007. p.1-10.

CHAGAS, Mário de Souza. Em Busca do Documento Perdido: A Problemática da construção teórica na área da documentação. **In: Cadernos De Museologia nº 2**. Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Rio de Janeiro. 1994. p.31-52.

DELICADO, Ana. Produção e reprodução da ciência nos museus portugueses. **In: Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. vol. XLIII (1.º), 2008. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/s/1218640347M3hZK8_am1Lp46UQ8.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2013. p. 55-77.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. et. al. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Bookman e Artmed. Porto Alegre. 2006. 432p.

Estatuto de Museus. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/429889/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-01-2009>. Acesso em 10 de agosto de 2013. p. 01-04.

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação. Educar. n. 16.** Editora da Universidade Federal do Paraná- UFPR. Curitiba. 2000 p.181-191.

Feira de Santana. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/extras/perfil.php?codmun=291080>>. Acesso em 08 de novembro de 2013.

Feira de Santana. Disponível em <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em 08 de novembro de 2013.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. In: **Estudos de Museologia. Caderno de Ensaios, n.2.** Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro.1994, p.65-74.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização, Industrialização e Desigualdade Socioespacial na América Latina: uma leitura sobre o Estado da Bahia-Brasil.** 2013. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Nacelice-Barbosa-Freitas.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2013. p.01-14.

GALVÃO, Renato de Andrade. Os povoadores da Região de Feira de Santana. In: **Sitientibus** Feira de Santana. 1 (1). jul./dez. 1982. Disponível em <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/1/povoadores_da_regiao.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2013. p.25-31.

GERHARDT, Tatiana Engel e SOUZA, Aline Corrêa de. Aspectos Teóricos e Conceituais. In: **Métodos de pesquisa.** Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (Organizadores). Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2009. p.11-30.

IBGE- **Regiões Metropolitanas do Brasil.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 de novembro de 2013.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas 1.** Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília-DF.

Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus. Belo Horizonte-MG. 2ª edição. 2006. p.17-30.

JULIÃO Letícia. Pesquisa Histórica nos Museus. **In: Caderno de Diretrizes museológicas 1**. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília-DF. Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus. Belo Horizonte-MG. 2ª edição. 2006. p.91-104.

LADKIN, Nicola. Gestão de Acervo. **In: Como Gerir um Museu: Manual Prático**. França: ICOM, 2004, p.17-33.

LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do Amaral. **Geologia geral**. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1978. p.03-51.

LOUREIRO, Maria Lucia Niemeyer Matheus. A Documentação Museológica entre a arte e a ciência. **In: MAST Colloquia, v. 10. Documentação em museus**, 2010. p. 102-114.

MIRANDA, Eduardo Oliveira, SILVA, Hellen Mabel e OLIVEIRA, Luciel Passos de. Implicações da urbanização em Feira de Santana: O atual desenho da rua Barão do Rio Branco a partir de uma análise social, econômica e territorial. **In: UFBA [12]. A Produção da Cidade e a Captura do Público: que perspectivas?** Salvador. p.01-10.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Caminhos históricos da Feira de Feira de Santana: Origens e secularidades. **In: Stientibus**. Feira de Santana. n. 10. jul/dez. 1992, p.185-198.

_____. Projeto memória da Feira Livre de Feira de Santana. **In: Stientibus**, Feira de Santana, n. 17, jul./dez. 1997 - Segunda Fase, Texto N. 3. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sientibus/pdf/17/projeto_memoria_da_feira_livre.pdf>. Acesso no dia 09/11/2013. p.305 -335.

NASCIMENTO, Rosana. O Objeto Museal, sua Historicidade: Implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu. **In: Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias- Lisboa/Portugal. 1998. 131p.

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e Ciência da Informação: Distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de Roupas Brancas**. Dissertação de Mestrado da Escola de

Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2009. 133p.

O Museu Antares de Ciência e Tecnologia. Disponível em <<http://www2.uefs.br/antares/historico.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Horizontes da Informação em Museus. In: **MAST Colloquia, v. 10. Documentação em museus**, 2010. p.81-101.

_____. Informação: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. Morpheus: In: **Revista eletrônica em Ciências Humanas: conhecimento e sociedade**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2004. p. 01-15.

Política de Preservação de Acervos Institucionais. Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e Museu da República. Rio de Janeiro, 1995, p. 1-33.

PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia nº 16**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa-Portugal. 1999. p.10-56.

ROBERTS, Andrew. Inventário e Documentação. In: **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. França: ICOM, 2004, p.33-54.

SANTO, Sandra Medeiros. O Desenvolvimento Urbano em Feira de Santana (Ba). In: **Sitientibus**. Feira de Santana, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/28/o_desenvolvimento_urbano.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2013. p.9-20.

SILVA, Aldo José Moraes. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894-1930**. Salvador. 2006. p.35-50.

SILVEIRA, Denise Tolfo e CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: **Métodos de pesquisa/** Tatiana Engem Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (Organizado). Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. p.31-42.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 3, Dec. 2005. p.443-466.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. 123p.

8- ANEXOS

ANEXO 1- ESTATUTO DE MUSEUS

ISSN 1677-7042



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

100 ANOS
IMPRESA NACIONAL



Ano CXLVI Nº 10

Brasília - DF, quinta-feira, 15 de janeiro de 2009

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo.....	4
Presidência da República.....	8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	18
Ministério da Cultura.....	21
Ministério da Defesa.....	24
Ministério da Educação.....	24
Ministério da Fazenda.....	25
Ministério da Justiça.....	35
Ministério da Previdência Social.....	47
Ministério da Saúde.....	47
Ministério das Cidades.....	51
Ministério das Comunicações.....	51
Ministério de Minas e Energia.....	57
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	61
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ...	61
Ministério do Esporte.....	67
Ministério do Meio Ambiente.....	67
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	67
Ministério dos Transportes.....	74
Ministério Público da União.....	75
Poder Judiciário.....	80
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ...	80

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 11.903, DE 14 DE JANEIRO DE 2009

Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, envolvendo a produção, comercialização, dispensação e a prescrição médica, odontológica e veterinária, assim como os demais tipos de movimentação previstos pelos controles sanitários.

Art. 2º Todo e qualquer medicamento produzido, dispensado ou vendido no território nacional será controlado por meio do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.

Parágrafo único. O controle aplica-se igualmente às prescrições médicas, odontológicas e veterinárias.

Art. 3º O controle será realizado por meio de sistema de identificação exclusivo dos produtos, prestadores de serviços e usuários, com o emprego de tecnologias de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

§ 1º Os produtos e seus distribuidores receberão identificação específica baseada em sistema de captura de dados por via eletrônica, para os seguintes componentes do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos:

I - fabricante (autorização de funcionamento, licença estadual e alvará sanitário municipal dos estabelecimentos fabricantes);

II - fornecedor (atacadistas, varejistas, exportadores e importadores de medicamentos);

III - comprador (inclusive estabelecimentos requisitantes de produtos não aviados em receitas com múltiplos produtos);

IV - produto (produto aviado ou dispensado e sua quantidade);

V - unidades de transporte/logísticas;

VI - consumidor/paciente;

VII - prescrição (inclusive produtos não aviados numa receita com múltiplos produtos);

VIII - médico, odontólogo e veterinário (inscrição no conselho de classe dos profissionais prescritores).

§ 2º Além dos listados nos incisos do § 1º deste artigo, poderão ser incluídos pelo órgão de vigilância sanitária federal outros componentes ligados à produção, distribuição, importação, exportação, comercialização, prescrição e uso de medicamentos.

Art. 4º O órgão de vigilância sanitária federal competente implantará e coordenará o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.

Parágrafo único. O órgão definirá o conteúdo, a periodicidade e a responsabilidade pelo recebimento e auditoria dos balanços das transações comerciais necessários para o controle de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 5º O órgão de vigilância sanitária federal competente implantará o sistema no prazo gradual de 3 (três) anos, sendo a inclusão dos componentes referentes ao art. 3º desta Lei feita da seguinte forma:

I - no primeiro ano, os referentes aos incisos I e II do § 1º;

II - no segundo ano, os referentes aos incisos III, IV e V do § 1º;

III - no terceiro ano, os referentes aos incisos VI, VII e VIII do § 1º.

Art. 6º O órgão de vigilância sanitária federal competente estabelecerá as listas de medicamentos de venda livre, de venda sob prescrição e retenção de receita e de venda sob responsabilidade do farmacêutico, sem retenção de receita.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de janeiro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Reinhold Stephanes
Márcia Bassi Lameiro Costa Mazzoli
Miguel Jorge

LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I - a valorização da dignidade humana;

II - a promoção da cidadania;

III - o cumprimento da função social;

IV - a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V - a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI - o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Art. 3º Conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,80	R\$ 2,90
de 80 a 188	R\$ 1,10	R\$ 2,90
de 160 a 280	R\$ 1,80	R\$ 3,90
de 264 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

* Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107

A Imprensa Nacional sugere a adequação das matérias enviadas para publicação nos Diários Oficiais às normas do **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, promulgado pelo Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008, em vigor desde 1º de janeiro deste ano.



Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, são definidos:

I - como filial os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;

II - como seccional a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;

III - como núcleo ou anexo os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu.

Art. 4º O poder público estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus brasileiros.

Art. 5º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

§ 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e linguística do País.

§ 3º (VETADO)

Art. 6º Esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ouvidoria@in.gov.br
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

**CAPÍTULO II
DO REGIME APLICÁVEL AOS MUSEUS**

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º A criação, a fusão e a extinção de museus serão efetivadas por meio de documento público.

§ 1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

§ 2º A criação, a fusão ou a extinção de museus deverá ser registrada no órgão competente do poder público.

Art. 9º Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público.

§ 1º Os museus, à medida das suas possibilidades, facultarão espaços para a instalação de estruturas associativas ou de voluntariado que tenham por fim a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus.

§ 2º Os museus poderão criar um serviço de acolhimento, formação e gestão de voluntariado, dotando-se de um regulamento específico, assegurando e estabelecendo o benefício mútuo da instituição e dos voluntários.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. A denominação de museu estadual, regional ou distrital só pode ser utilizada por museu vinculado a Unidade da Federação ou por museus a quem o Estado autorize a utilização desta denominação.

Art. 12. A denominação de museu municipal só pode ser utilizada por museu vinculado a Município ou por museus a quem o Município autorize a utilização desta denominação.

**Seção I
Dos Museus Públicos**

Art. 13. São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao poder público, situadas no território nacional.

Art. 14. O poder público firmará um plano anual prévio, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades.

Art. 15. Os museus públicos serão regidos por ato normativo específico.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o museu público poderá estabelecer convênios para a sua gestão.

Art. 16. É vedada a participação direta ou indireta de pessoal técnico dos museus públicos em atividades ligadas à comercialização de bens culturais.

Parágrafo único. Atividades de avaliação para fins comerciais serão permitidas aos funcionários em serviço nos museus, nos casos de uso interno, de interesse científico, ou a pedido de órgão do Poder Público, mediante procedimento administrativo cabível.

Art. 17. Os museus manterão funcionários devidamente qualificados, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. A entidade gestora do museu público garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.

**Seção II
Do Regimento e das Áreas Básicas dos Museus**

Art. 18. As entidades públicas e privadas de que dependam os museus deverão definir claramente seu enquadramento orgânico e aprovar o respectivo regimento.

Art. 19. Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários.

Art. 20. Compete à direção dos museus assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades.

Subseção I

Da Preservação, da Conservação, da Restauração e da Segurança

Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 25. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 26. Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 27. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

Parágrafo único. (VETADO)

**Subseção II
Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa**

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

**Subseção III
Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus**

Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de modo a propiciar o acesso público.

Parágrafo único. O museu regulamentará o acesso público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança.

Art. 32. Os museus deverão elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Art. 33. Os museus poderão autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.

§ 1º Serão garantidos a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos do material produzido, sem prejuízo dos direitos de autor e conexos.

§ 2º Todas as réplicas e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

Art. 34. A política de gratuidade ou onerosidade do ingresso ao museu será estabelecida por ele ou pela entidade de que dependa, para diferentes públicos, conforme dispositivos abrigados pelo sistema legislativo nacional.



Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Art. 36. As estatísticas de visitantes dos museus serão enviadas ao órgão ou entidade competente do poder público, na forma fixada pela respectiva entidade, quando solicitadas.

Art. 37. Os museus deverão disponibilizar um livro de sugestões e reclamações disposto de forma visível na área de acolhimento dos visitantes.

Subseção IV Dos Acervos dos Museus

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§ 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

Subseção V Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus

Art. 42. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu.

Parágrafo único. A disponibilização de que trata este artigo será fundamentada nos princípios da conservação dos bens culturais, do interesse público, da não interferência na atividade dos museus e da garantia dos direitos de propriedade intelectual, inclusive imagem, na forma da legislação vigente.

Art. 43. Os museus garantirão a proteção dos bens culturais que constituem seus acervos, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções quanto à fidelidade aos sentidos educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

Seção III Do Plano Museológico

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I - o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II - a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III - a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV - detalhamento dos Programas:

a) Institucional;

b) de Gestão de Pessoas;

c) de Acervos;

d) de Exposições;

e) Educativo e Cultural;

f) de Pesquisa;

g) Arqueológico-urbanístico;

h) de Segurança;

i) de Financiamento e Fomento;

j) de Comunicação.

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela executividade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

CAPÍTULO III A SOCIEDADE E OS MUSEUS

Seção I Disposições Gerais

Art. 48. Em consonância com o propósito de serviço à sociedade estabelecido nesta Lei, poderão ser promovidos mecanismos de colaboração com outras entidades.

Art. 49. As atividades decorrentes dos mecanismos previstos no art. 48 desta Lei serão autorizadas e supervisionadas pela direção do museu, que poderá suspender-las caso seu desenvolvimento entre em conflito com o funcionamento normal do museu.

Art. 50. Serão entendidas como associações de amigos de museus as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que preencham, ao menos, os seguintes requisitos:

I - constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;

II - não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III - ser vedada a remuneração da diretoria.

Parágrafo único. O reconhecimento da associação de amigos dos museus será realizado em ficha cadastrada elaborada pelo órgão mantenedor ou entidade competente.

Art. 51. (VETADO)

Art. 52. As associações de amigos deverão tornar públicos seus balanços periodicamente.

Parágrafo único. As associações de amigos de museus deverão permitir quaisquer verificações determinadas pelos órgãos de controle competentes, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente cópias de balanços e dos relatórios do exercício social.

Art. 53. As associações de amigos, no exercício de suas funções, submeter-se-ão à aprovação prévia e expressa da instituição a que se vinculem, dos planos, dos projetos e das ações.

Art. 54. As associações poderão reservar até dez por cento da totalidade dos recursos por elas recebidos e gerados para a sua própria administração e manutenção, sendo o restante revertido para a instituição museológica.

Seção II Dos Sistemas de Museus

Art. 55. O Sistema de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.

Art. 56. Os entes federados estabelecerão em lei, denominada Estatuto Estadual, Regional, Municipal ou Distrital dos Museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste Estatuto.

§ 1º A instalação dos sistemas estaduais ou regionais, distritais e municipais de museus será feita de forma gradativa, sempre visando à qualificação dos respectivos museus.

§ 2º Os sistemas de museus têm por finalidade:

I - apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada;

II - promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada, em especial com os museus municipais;

III - contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;

IV - elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação a eles adstrito;

V - colaborar com o órgão ou entidade do poder público competente no tocante à apreciação das candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.

Art. 57. O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

Parágrafo único. O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes de órgãos e entidades com representatividade na área da museologia nacional.

Art. 58. O Sistema Brasileiro de Museus tem a finalidade de promover:

I - a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II - a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III - a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;

IV - o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema;

V - a promoção da qualidade do desempenho dos museus por meio da implementação de procedimentos de avaliação.

Art. 59. Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I - promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III - divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV - estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V - estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;



VII - incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII - contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX - propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X - propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI - incentivar a formação, a atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII - estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 60. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o órgão competente, os museus públicos e privados, instituições educacionais relacionadas à área da museologia e as entidades afins, na forma da legislação específica.

Art. 61. Terão prioridade, quanto ao beneficiamento por políticas especificamente desenvolvidas, os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Os museus em processo de adesão podem ser beneficiados por políticas de qualificação específicas.

Art. 62. Os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus colaboram entre si e articulam os respectivos recursos com vistas em melhorar e potencializar a prestação de serviços ao público.

Parágrafo único. A colaboração supracitada traduz-se no estabelecimento de contratos, acordos, convênios e protocolos de cooperação entre museus ou com entidades públicas ou privadas.

Art. 63. Os museus integrados ao Sistema Brasileiro de Museus gozam do direito de preferência em caso de venda judicial ou leilão de bens culturais, respeitada a legislação em vigor.

§ 1º O prazo para o exercício do direito de preferência é de quinze dias, e, em caso de concorrência entre os museus do Sistema, cabe ao Comitê Gestor determinar qual o museu a que se dará primazia.

§ 2º A preferência só poderá ser exercida se o bem cultural objeto da preferência se integrar na política de aquisições dos museus, sob pena de nulidade do ato.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Art. 64. (VETADO)

Art. 65. (VETADO)

Art. 66. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, em especial os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação, inutilização e destruição de bens dos museus sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a dez e, no máximo, a mil dias-multa, agravada em casos de reincidência, conforme regulamentação específica, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, pelo Distrito Federal, pelos Territórios ou pelos Municípios;

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público, pelo prazo de cinco anos;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de cinco anos;

IV - ao impedimento de contratar com o poder público, pelo prazo de cinco anos;

V - à suspensão parcial de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o transgressor obrigado a indenizar ou reparar os danos causados aos bens musealizados e a terceiros prejudicados.

§ 2º No caso de omissão da autoridade, caberá à entidade competente, em âmbito federal, a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuído da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento.

§ 4º Verificada a reincidência, a pena de multa será agravada.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67. Os museus adequarão suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no prazo de cinco anos, contados da sua publicação.

Parágrafo único. Os museus federais já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de dois anos.

Art. 68. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o governo brasileiro prestará, no que concerne ao combate do tráfico de bens culturais dos museus, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para:

I - produção de prova;

II - exame de objetos e lugares;

III - informações sobre pessoas e coisas;

IV - presença temporária de pessoa presa, cujas declarações tenham relevância para a decisão de uma causa;

V - outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor pelos tratados de que o Brasil seja parte.

Art. 69. Para a consecução dos fins visados nesta Lei e especialmente para a reciprocidade da cooperação internacional, deverá ser mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio internacional, rápido e seguro, de informações sobre bens culturais dos museus.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Brasília, 14 de janeiro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro
Roberto Gomes do Nascimento

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 6.739, DE 14 DE JANEIRO DE 2009

Fixa o número de vagas para promoção obrigatória, referentes ao ano-base 2008, para os diversos postos dos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o § 1º do art. 61 e o § 1º do art. 103 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam estabelecidas, referentes ao ano-base 2008, as seguintes proporções, do efetivo de cada posto, a serem observadas no cálculo do número de vagas para promoção obrigatória nos diversos postos dos Quadros de Oficiais da Ativa da Aeronáutica:

I - QUADRO DE OFICIAIS AVIADORES:

Coronel - 1/8 do efetivo do posto (equivalente a 30 vagas);

Tenente-Coronel - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 28 vagas); e

Major - 1/20 do efetivo do posto (equivalente a 23 vagas);

II - QUADRO DE OFICIAIS ENGENHEIROS:

Coronel - 1/8 do efetivo do posto (equivalente a 3 vagas);

Tenente-Coronel - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 1 vaga); e

Major - 1/20 do efetivo do posto (equivalente a 2 vagas);

III - QUADRO DE OFICIAIS INTENDENTES:

Coronel - 1/8 do efetivo do posto (equivalente a 13 vagas);

Tenente-Coronel - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 11 vagas); e

Major - 1/20 do efetivo do posto (equivalente a 7 vagas);

IV - QUADRO DE OFICIAIS MÉDICOS:

Coronel - 1/8 do efetivo do posto (equivalente a 3 vagas);

Tenente-Coronel - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 4 vagas); e

Major - 1/20 do efetivo do posto (equivalente a 4 vagas);

V - QUADRO DE OFICIAIS DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA:

Coronel - 1/8 do efetivo do posto (equivalente a 2 vagas);

Tenente-Coronel - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 4 vagas); e

Major - 1/20 do efetivo do posto (equivalente a 4 vagas);

VI - QUADRO DE OFICIAIS DENTISTAS:

Tenente-Coronel - 1/10 do efetivo do posto (equivalente a 5 vagas); e

Major - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 4 vagas);

VII - QUADRO DE OFICIAIS FARMACÊUTICOS:

Tenente-Coronel - 1/10 do efetivo do posto (equivalente a 1 vaga); e

Major - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 2 vagas);

VIII - QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM AVIÕES:

Major - 1/10 do efetivo do posto (equivalente a 2 vagas); e

Capitão - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 4 vagas);

IX - QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM COMUNICAÇÕES:

Major - 1/10 do efetivo do posto (equivalente a 2 vagas); e

Capitão - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 4 vagas);

X - QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM ARMA- MENTO:

Major - 1/10 do efetivo do posto (equivalente a 2 vagas); e

Capitão - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 1 vaga);

XI - QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM FOTO- GRAFIA:

Major - 1/10 do efetivo do posto (equivalente a 0 vaga); e

Capitão - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 1 vaga);

XII - QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM METEO- ROLOGIA:

Major - 1/10 do efetivo do posto (equivalente a 1 vaga); e

Capitão - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 2 vagas);

XIII - QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM CON- TROLE DE TRÁFEGO AEREO:

Major - 1/10 do efetivo do posto (equivalente a 0 vaga); e

Capitão - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 7 vagas);

XIV - QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM SUPRI- MENTO TÉCNICO:

Capitão - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 2 vagas);

XV - QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS DA AERO- NÁUTICA:

Capitão - 1/10 do efetivo do posto (equivalente a 15 vagas); e

Primeiro-Tenente - 1/20 do efetivo do posto (equivalente a 19 vagas);

XVI - QUADRO DE OFICIAIS CAPELÃES:

Coronel - 1/8 do efetivo do posto (equivalente a 0 vaga);

Tenente-Coronel - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 0 vaga); e

Major - 1/20 do efetivo do posto (equivalente a 0 vaga);

XVII - QUADRO FEMININO DE OFICIAIS DA RESERVA DA AERONÁUTICA:

Tenente-Coronel - 1/15 do efetivo do posto (equivalente a 9 vagas); e

Major - 1/20 do efetivo do posto (equivalente a 9 vagas).

Art. 2º Não será aplicado, para o ano-base 2008, o dispositivo de Quota Compulsória nos efetivos de Oficiais não- numerados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de janeiro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Nelson Jobim

ANEXO 2-REGIMENTO INTERNO DO MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
 Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/76
 Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/86
 Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 9.271 de 14/12/2004
 GABINETE DA REITORIA

REGIMENTO INTERNO MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Artigo 1º – O Museu Antares de Ciência e Tecnologia, setor técnico diretamente subordinado ao Observatório Astronômico Antares da Universidade Estadual de Feira de Santana, tem por função:

- a. organizar, preservar e ampliar o acervo do Museu, que se constitui de peças de interesse para as ciências;
- b. utilizar o espaço do Museu como ambiente educacional não formal;
- c. incentivar e estimular as pesquisas e estudos utilizando o acervo do Museu;
- d. tornar conhecido este acervo através da realização de exposições permanentes e itinerantes e eventos de divulgação;
- e. propor acordos e contratos com entidades congêneres e outras de caráter público ou particular, nacionais ou estrangeiras, para realização de programas de intercâmbio e cooperação;
- f. oferecer serviços à comunidade, no âmbito de sua especialidade e possibilidades.

Artigo 2º – A administração do Museu far-se-á por meio do:

- a. Diretor do Observatório Astronômico Antares;
- b. Museólogo do Observatório Astronômico Antares;
- c. Profissional de nível superior na área de Ciência e Tecnologia do Observatório Astronômico Antares.

Artigo 3º – O Museu terá suas atividades regidas pelo Conselho Interno, constituído por seis membros assim definidos:

- a. Diretor do Observatório Astronômico Antares;
- b. Um Docente da área de Ciência ou Tecnologia da Universidade Estadual de Feira de Santana que desenvolva pesquisas no Observatório Astronômico Antares;
- c. Um Museólogo do Observatório Astronômico Antares;
- d. Um Profissional de nível superior na área de Ciência e Tecnologia do Observatório Astronômico Antares;
- e. Um estudante que desenvolva suas atividades no Observatório Astronômico Antares; e
- f. Um membro externo ao Observatório Astronômico Antares indicado pelo Departamento de Educação.

Parágrafo Único – Com exceção do Diretor do Observatório Astronômico Antares e do membro externo as demais representações serão eleitas entre seus pares.

Artigo 4º - Compete ao Conselho Interno:

- a. Fixar as normas internas de funcionamento do Museu;
- b. Aprovar a cada cinco anos o plano Museológico que será revisado anualmente pelo Conselho e assim serão traçadas as metas a serem cumpridas no ano seguinte;
- c. Elaborar a política de aquisição e descarte do acervo e supervisionar sua implementação;
- d. Emitir parecer sobre a aquisição e descarte de acervo, sempre que solicitado;
- e. Convocar, quando necessário, especialistas para aquisição e descarte de peças; e



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/76
Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/86
Recredenciada pelo Decreto Estadual nº 9.271 de 14/12/2004
GABINETE DA REITORIA

f. Assessorar o Diretor em assuntos relacionados ao acervo.

Artigo 5º - Para fins de segurança, o uso externo de toda e qualquer peça do acervo do Museu deverá ser previamente solicitado a Administração do Museu.

Artigo 6º - Este Regimento estará sujeito às demais normas existentes e às que vierem a ser estabelecidas pelo Observatório Astronômico Antares da UEFS.

Artigo 7º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho do Museu, que os encaminhará aos órgãos competentes da Universidade, sempre que julgar conveniente.

8

ANEXO 3 – TERMO E QUESTIONÁRIO DE DOAÇÃO DO MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TERMO DE DOAÇÃO

Maurício Geraldete Pereira portador da cédula de identidade nº 066868258, expedida pela SSP/BA, CPF/MF nº 733153647-31, filho(a) de Marjolda Geraldete Pereira e de Maurício Geraldete Pereira, residente à Rua/Av. Marques de Abrantes 370, Sobradinho, faz a **DOAÇÃO** ao Museu Antares de Ciência e Tecnologia / UEFS, Localizado na Rua da Barra, 925, Jardim Cruzeiro, Feira de Santana- Ba, dos objetos listados abaixo:

1 Fragmento de Wronita
3 Fragmento de Esmeralda

FSA, 04 de Setembro de 2012

[Assinatura]
Doador(a)

Lise M. Souza
Recebido(a)

UEFS/Observatório Antares
Lise Marcelino Souza
Analista Universitário/Museologia
Mat. 71.519.014-2

Questionário de doação

Nome da peça: Fragmento de Esmeralda BRUA

Nome do Doador: Marcelo Geraldete

Você comprou ou doaram para você?

Doado

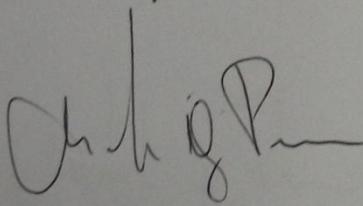
Pertenceu a outro dono?

Qual a origem do objeto?

Composição do material: Esmeralda

Quando foi doado ao Museu Antares de Ciência e Tecnologia:

04 de Setembro de 2012



JEFE/Observatorio Antares
Lise Marcelino Souza
Analista Universitário/Museologia
Mat. 71.519.014-2

Questionário de doação

Nome da peça: Fragmento de cerâmica

Nome do Doador: Haroldo Geraldete

Você comprou ou doaram para você? Compra

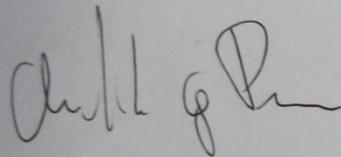
Pertenceu a outro dono?

Qual a origem do objeto?

Composição do material:

Quando foi doado ao Museu Antares de Ciência e Tecnologia:

04 de Setembro de 2012



UEFS/Observatório Antares
Lise Marcelino Souza
Analista Universitária/Museologia
Mat. 71.519.014-2

9-APÊNDICES

APÊNDICE 1: NOMENCLATOR DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS DO MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES – UEFS

1. NÚMERO DE REGISTRO: sistema de numeração que identifica o objeto dentro da coleção.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO: conjunto de descritores, destinados a reunir informações básicas sobre o objeto.

2.1 Nome do Objeto: nome do objeto.

2.2 Classificação/Termo: instrumento de pesquisa que classifica o objeto, de acordo com a classe funcional estabelecida pelo museu. Para termo, observar as situações singulares e identificar:

- a. amostra ou fragmento de rocha;
- b. amostra ou fragmento de mineral;

2.3 Data de Aquisição: dia, mês e ano de aquisição da amostra em algarismo.

2.4 Forma de aquisição: identifica o modo, pela qual o objeto passou a integrar a coleção do museu:

- a. Doação: doado por meio de pessoa física ou jurídica;
- b. Compra: se o objeto foi adquirido mediante pagamento;
- c. Permuta: oriundo de troca com outros órgãos públicos.

2.5 Origem: indica a cidade seguido de barra e o Estado onde a peça foi originada, ou somente o nome do Estado.

2.6 Procedência: indica o nome do último proprietário da peça (responsável oficial pela doação, compra ou permuta)

2.7 Descrição: descrever detalhadamente a peça, iniciando da definição geral para o particular, evitando informações que sugere conhecimento anterior. Começar a leitura descrevendo o formato e material. Neste campo, descrever também inscrições, legendas ou marcas.

2.8 Registro fotográfico: imagem da amostra para identificação imediata.

2.9 Dimensões: informar a medida da peça em milímetros e convenções a serem observadas:

- a. Fragmentos unidos em lotes, não obter medidas;
- b. Fragmentos sem embalagens: obter medidas das extremidades maiores, adotando a nomenclatura dimensão 1, dimensão 2 e dimensão 3 dos respectivos objetos;
- c. Amostra ou fragmento com embalagens próprias de acondicionamento (caso seja possível desmembrar), obter dois pesos com e sem embalagem;
- d. Conjunto de fragmentos ou parte de um mesmo objeto, com embalagem própria de acondicionamento. Caso não seja possível desmembrar, obter as medidas de altura, largura e comprimento.

3. IMAGENS: fotos da amostra em vários ângulos diferentes.

4. DADOS TÉCNICOS: conjunto de descritores designados a apontar características específicas da amostra, devendo ser preenchido segundo o tipo da amostra (rocha ou mineral).

4.1- MINERAL:

4.1.1 Grupo: descrever o grupo a qual pertence o mineral, de acordo com a sua composição química.

4.1.2 Composição Química: descrever o elemento químico que compõe o mineral.

4.1.3 Dureza: descrever a resistência do mineral, utilizando a escala relativa de MHOS.

4.1.4 Densidade: descrever o peso específico em gramas, no que se refere à medida da massa e volume do mineral.

4.1.5 Cor: identifica a cor do mineral. Observar que a cor pode variar, devido as impurezas existentes nos minerais e a superfície do mineral pode estar alterada, não mostrando a sua verdadeira cor.

4.2- ROCHA:

4.2.1 Tipo: identifica o tipo de rocha, de acordo com sua origem.

4.2.2 Composição Mineral: deverá ser escolhida uma das três alternativas, de acordo com a composição mineralógica da amostra, classificada segundo a proporção aproximada de minerais existentes na rocha:

- a. Leucocrático: quando a amostra for rica em minerais claros;

- b. Melanocrático: quando predominar mais de 60% de minerais escuros;
- c. Mesocrática: Possui entre 30 e 60% de minerais escuros.

4.2.3 Composição química: descrever os componentes químicos existentes na rocha, incluindo os essenciais, acessórios e acidentais, quando houver.

4.2.4 Textura: deverá ser assinalada uma das cinco alternativas, de acordo com a textura da amostra:

a. Equigranular: quando a textura da amostra apresentar característica das rochas graníticas ou qualquer outra formada em profundidade.

b. Porfírica: quando a textura da amostra for caracterizada, pela existência de cristais bem formados.

c. Orientada: quando a textura da amostra apresentar maior comprimento perpendicular à direção dos esforços.

d. Clástica: quando as partículas da textura apresentar-se desagregadas, transportadas e depositadas

e. Outra: quando os campos anteriores não contemplar, descrever a textura referente à amostra.

4.3 Contexto Geológico: descrever sucintamente sobre as condições de formação da amostra/fragmento.

4.4 Coletor: descritor a ser preenchido, caso a amostra seja adquirida por meio da coleta. descrever o nome do responsável pela coleta.

4.5 Importância econômica: deverá ser assinalada, uma das alternativas de aplicação da amostra no contexto social:

a. Minérios: quando encontrada em minérios;

b. Pesquisas: quando utilizada em pesquisas para construção do conhecimento;

c. Indústria: quando utilizada no setor industrial;

d. Ornamentação: quando utilizada em ornamentação de ruas, edifícios, dentre outros;

e. Outros: descrever outras formas de aplicação da amostra, no contexto econômico.

5. DADOS HISTÓRICOS DA AMOSTRA - Conjunto de descritores destinados a identificar a historicidade do objeto, seus possíveis usos e alterações ao longo do

tempo na instituição, fontes consultadas durante o preenchimento da ficha de catalogação, informações relacionadas à integridade física do objeto, além de informações complementares.

5.1 Localização: descrever o local onde está guardado o objeto na instituição, na data do preenchimento da ficha.

5.2 Pesquisas: descrever os títulos das pesquisas acadêmicas produzidas, a partir da amostra, assim como as citações da publicação, seguido do ano e o número da página.

5.3 Exposições: descrever as exposições produzidas de forma cronológica crescente a partir das amostras, seguindo a seguinte ordem: Nome da exposição e ano.

5.4 Publicações: descrever as citações de publicações de categoria científica, produzida a partir da amostra, seguido do ano e número da página.

5.5 Observações: descrever informações complementares sobre a peça não contempladas nos 33 itens específicos da ficha de catalogação, além de registrar os procedimentos de conservação preventiva, restauração realizados com o objeto.

5.6 Referências: fontes utilizadas no preenchimento da ficha de catalogação, referentes aos dados específicos das amostras de rocha ou mineral.

5.7 Estado de conservação: deverá ser escolhida uma das três alternativas (ótimo, bom ou regular), que melhor defina o estado de conservação do objeto.

6. PREENCHIMENTO

6.1 Local/Data: Colocar o nome da cidade e a data (algarismo com dois dígitos), mês (por extenso) e ano (algarismo com quatro dígitos), em que foi preenchida a ficha de catalogação.

6.2 Nome da museóloga responsável: identificar a museóloga da instituição.

6.3 Nome do responsável pelo registro: nome da pessoa responsável pelo preenchimento da ficha de catalogação.

APÊNDICE 2 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES 	
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais	
1. NÚMERO DE REGISTRO: RM.01	
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
2.1 Nome do objeto	Cilindro com rochas
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais/ Amostra de minerais
2.3 Data de Aquisição	01/07/2011
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta
2.5 Origem	Rodoviária Rezende- Fronteira do Rio de Janeiro com São Paulo.
2.6 Procedência	Marildo Geraldête Pereira
2.7 Descrição	Cilindro plástico transparente com base de madeira em formato retangular, contendo oito tipos de minerais, organizados na seguinte ordem: ágata azul, ágata vermelha, cristal, ágata rosa, quartzo verde, ágata roxa, citrino e hematita. Possui etiqueta com risco de caneta em sua superfície.
2.8 Registro Fotográfico	
	
2.9 DIMENSÕES (mm)	
Comprimento: 80 mm	
Largura: 60 mm	
Altura: 185 mm	
2.10 PESO (g)	
434 g	

3. IMAGENS



4. DADOS TÉCNICOS DAS AMOSTRAS:	
Ágata azul, ágata vermelha, ágata rosa e ágata roxa.	
4.1 MINERAL	4.2 ROCHA
4.1.1 Grupo	Silicatos
4.1.2 Composição Química	SiO ₂
4.1.3 Dureza	6,5 (MHQS)
4.1.4 Densidade	2,65
4.1.5 Cor/Brilho	
	4.2.1 Tipo
	4.2.2 Composição Mineral
	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
	4.2.3 Composição Química
	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica
	4.2.4 Textura
	<input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica
	<input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	A ágata ocorre em nódulos pequenos e arredondados, como o basalto de lava vulcânica, onde se forma em camadas concêntricas ou irregulares. Essas camadas têm como frequência estrias vermelhas e brancas.
4.4 Coletor	
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: Confecção de broches e berloques usada como abrasivo, para brunir e polir outros materiais de dureza semelhante ou inferior e também na fabricação de pilões e almofarizes (usados pelos químicos e farmacêuticos).

4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA:	
Quartzo	
4.1 MINERAL	4.2 ROCHA
4.1.1 Grupo	Óxidos
4.1.2 Composição Química	SiO ₂
4.1.3 Dureza	7 (MHQS)
4.1.4 Densidade	2,65
4.1.5 Cor/Brilho	Verde
4.2.1 Tipo	
4.2.2 Composição Mineral	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.2.3 Composição Química	
4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica <input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica <input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	É o mineral mais comum na superfície do globo terrestre, ocorre entre as rochas sedimentares, principalmente em arenitos e em depósitos de praias e rios. Também pode ocorrer em cavidades de rocha (geodos).
4.4 Coletor	
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: Fabricação de vidros, abrasivos e refratários.

4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA:	
Cristal	
4.1 MINERAL	4.2 ROCHA
4.1.1 Grupo	Óxidos
4.1.2 Composição Química	SiO ₂
4.1.3 Estrutura	
4.1.4 Dureza	7(MHOS)
4.1.5 Densidade	2,65
4.1.6 Cor/Brilho	
	4.2.1 Tipo
	4.2.2 Composição Mineral
	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
	4.2.3 Composição Química
	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica
	4.2.4 Textura
	<input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica
	<input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	o cristal de rocha é o principal componente do quartzito e é muito comum em outras formações rochosas ígneas, inclusive o granito. É também encontrado abundantemente em rochas alteradas, por calor e pressão (rochas metamórficas).
4.4 Coletor	
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: telecomunicação, broches, constituinte do vidro, fabricação de luminárias, lentes, relógios e bolas de cristal de videntes.

4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA:	
Citrino	
4.1 MINERAL	4.2 ROCHA
4.1.1 Grupo	Óxido
4.1.2 Composição Química	SiO ₂ com inclusões
4.1.3 Dureza	7 (MHQS)
4.1.4 Densidade	2,65
4.1.5 Cor/Brilho	Marrom/Vítreo
4.2.1 Tipo	
4.2.2 Composição Mineral	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.2.3 Composição Química	
4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica <input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica <input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	Forma-se pela recristalização do quartzo que se formou, se fundiu e ressolidificou junto a inclusões com concentrações variáveis de ferro metálico. O citrino é encontrado nos principais tipos de rocha, nas que se formaram por atividade vulcânica no interior da Terra (ígneas), nas que foram alteradas por calor e pressão (metamórficas); e naquelas compostas por sedimentos (sedimentares).
4.4 Coletor	
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos:

4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA:	
Hematita	
4.1 MINERAL	4.2 ROCHA
4.1.1 Grupo	Óxidos
4.1.2 Composição Química	Fe ₂ O ₃
4.1.3 Dureza	5 – 6 (MHQS)
4.1.4 Densidade	5,26
4.1.5 Cor/Brilho	Cinza-aço/metálico
4.2.1 Tipo	
4.2.2 Composição Mineral	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.2.3 Composição Química	
4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica <input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica <input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	A Hematita é um mineral primário e secundário. Quando ocorre como mineral primário, ou seja, que não sofreu nenhuma alteração. Aparece principalmente como mineral acessório em rochas ígneas, veios hidrotermais e em rochas sedimentares. Ela ocorre como mineral secundário, quando há precipitação de água que contém ferro. Neste caso, a hematita substitui minerais mais antigos. Quando se desenvolve em rochas sedimentares como o granito, a hematita com frequência assume uma de duas formas: ou é um cimento entre vários outros minerais ou aparece como diminutos grãos esféricos sobre uma base (matriz). O nome científico dessas formas redondas é <i>oólitos</i> , palavra em grego que significa "pedra-ovo". A hematita distribui-se por todo o mundo. Formações incrustadas de ferro da época pré-cambriana deram origem aos mais importantes depósitos de hematita, localizados em Minas Gerais, no Canadá, nos EUA e na Venezuela.
4.4 Coletor	
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: Fabricação de ferros, de ornamentos e gemas

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	Reserva Técnica (caixa tampa verde na estante)
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	<p>- O termo de doação foi preenchido no dia 01/07/2011. Segundo o doador, possivelmente a mesma foi realizada no ano de 2009.</p> <p>- A ágata é feita de sílica e integra o grupo de minerais e gemas de silicato. Como o quartzo, do qual é um das várias formas, a ágata é um óxido de silício metálico. Diferencia-se da calcedônia, principalmente pelas faixas de cores diferentes que se formam em sua superfície. A ágata também é um pouco menos dura que a calcedônia, mas isso pode ser verificado empiricamente, ou seja, por meio da observação. A ágata é porosa e não muito densa, pesa pouco mais que o dobro do volume equivalente da água. Não possui clivagem. A cor da ágata varia muito e é determinada por impurezas. Com frequência é branca, branco-leitosa ou cinza, mas pode ter manchas negras, marrom, verdes, vermelhas ou com essas cores combinadas.</p> <p>- O quartzo também apresenta inúmeras variedades de cores e diferentes nomes, como: ametista, quartzo róseo, quartzo esfumado, dentre outros. É um óxido de silício, cuja cor característica se deve às impurezas de óxido de titânio ou óxido de manganês presentes em seu interior. Se não houvesse impurezas, o quartzo seria perfeitamente incolor. Em geral, o quartzo rosa é opaco ou ligeiramente translúcido e o efeito é causado pela presença de fraturas na superfície do cristal.</p> <p>- Clivagem imperfeita e brilho vítreo. O quartzo é duro e resiliente para ser usado, como ferramenta de corte e componente do mecanismo de relógios.</p> <p>- O citrino é uma variedade amarela ou amarelo-dourada de quartzo. Seu nome deriva de <i>Kitros</i>, termo grego que significa limão ou cor-de-limão.</p>

	<p>- Hematita é o mais disseminado de todos os minerais que contém ferro. Trata-se de um óxido do elemento metálico ferro e cada molécula do composto, sempre contém dois átomos de ferro e três átomos de oxigênio. Em geral, é encontrada em massas compactas e sua superfície pode ter aspecto brilhante ou terroso, conforme o material à sua volta.</p>
5.6 Referências	<p>- LEINZ, Viktor; AMARAL e Sérgio Estanislau do Amaral. Geologia Geral. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1978. p. 33 -51.</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 01. Editora: Globo. Editorial Planeta S.A. Guia: gemas. s/d. s/p.</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 02. Editora: Globo. Editorial Planeta S.A. Aba Minerais. s/d. s/p.</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 03. Editora: Globo. Editorial Planeta S.A. Guia: Gemas s/d. s/p.</p>
5.7 Estado de Conservação	<p><input checked="" type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular</p>

6. PREENCHIMENTO

6.1 Local/Data	Feira de Santana-BA, 16 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza.
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Riane de Castro Ramos Souza</i>

APÊNDICE 3 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES 	
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais	
1. NÚMERO DE REGISTRO: RM. 07	
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
2.1 Nome do objeto	Fluorita
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais/ Amostra de mineral
2.3 Data de Aquisição	Não possui termo de doação
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta
2.5 Origem	Cocal- Santa Catarina
2.6 Procedência	
2.7 Descrição	Embalagem plástica transparente, contendo um conjunto de treze amostras de tamanhos e formatos diferentes de fluorita.
2.8 Registro Fotográfico	
	
2.9 DIMENSÕES (mm)	
Comprimento:	81 g
Largura:	
Altura:	
2.10 PESO (g)	

3. IMAGENS



4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA			
4.1 MINERAL		4.2 ROCHA	
4.1.1 Grupo	Haletos	4.2.1 Tipo	
4.1.2 Composição Química	CaF ₂ , correspondendo, quando pura, com 51,2% de Ca (cálcio) e 48,8% de F (flúor).	4.2.2 Composição Mineral	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.1.3 Dureza	4 (MHQS)	4.2.3 Composição Química	
4.1.4 Densidade	3,0 a 3,6	4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfírica
4.1.5 Cor/	Incolor com zonas de cores amarelada e esverdeada/Brilho vítreo.		<input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica
			<input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	A fluorita é um mineral difundido, encontrado em um grande número de veios minerais, que foram alterados por água quente (hidrotermais) e em torno de fontes termais. Pode se formar isoladamente ou associada a vários minérios metálicos, em especial os de chumbo e prata. Nas jazidas do último tipo, tende a formar pequenas quantidades e é conhecida como ganga. A fluorita pode estar associada aos minerais: barita, calcita, cassiterita, celestina, dolomita, galena, quartzo, esfalerita e topázio.		
4.4 Coletor			
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: Vasos, objetos decorativos, fabricação de alguns tipos de aços, principal fonte de flúor e ácido hidrófluídrico. Também usada para entalhes e broches com desenho esculpido chamados camafeus.		

4. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	Reserva Técnica (caixa tampa verde na estante)
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	<p>- Também conhecida como espato flúor;</p> <p>- A fluorita é membro do grupo de minerais haletos. Cada molécula do mineral é constituída de um átomo de cálcio metálico associado a dois átomos de flúor. Muito sensível ao calor e se funde facilmente em chama descoberta.</p>
5.6 Referências	<p>- LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do Amaral. Geologia geral. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo - 1978 p. 35.</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 02. Editora: Globo. Editorial Planeta, S.A. Guia: Minerais. s/d. s/p.</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 04. Editora: Globo. Editorial Planeta, S.A. Guia: Descoberta. s/d. p. 83.</p>
5.7 Estado de Conservação	Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/>
6. PREENCHIMENTO	
6.1 Local/Data	Feira de Santana BA, 16 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Riane de Castro Ramos Souza</i>

APÊNDICE 4 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 UEFS universidade estadual de feira de santana	MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES	
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais		
1. NÚMERO DE REGISTRO:RM. 08		
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO		
2.1 Nome do objeto	Ametista	
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais / Amostra de mineral	
2.3 Data de Aquisição	Não possui termo de doação	
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta	
2.5 Origem	Rio Grande do Sul	
2.6 Procedência		
2.7 Descrição	Embalagem plástica transparente, contendo um conjunto de nove amostras de tamanhos e formatos diferentes de ametista.	
2.8 Registro Fotográfico		
		
2.9 DIMENSÕES (mm)		2.10 PESO (g)
Comprimento:		103 g
Largura:		
Altura:		

3. IMAGENS



4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA			
4.1 MINERAL		4.2 ROCHA	
4.1.1 Grupo	Óxidos - Família dos Tectosilicatos; Grupo do Quartzo.	Tipo	
4.1.2 Composição Química	SiO ₂ com Fe. Óxido de silício: Si = 46,7%, O = 53,3%. Apresenta compostos de ferro e manganês, que lhe rendem sua cor característica.	4.2.1 Composição Mineral	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.1.3 Dureza	7 (MHQS)	4.2.2 Composição Química	
4.1.4 Densidade	2,65	4.2.3 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica
4.1.5 Cor/Brilho	Violeta		<input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica <input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	- Ocorre em cavidades de rochas vulcânicas e em pegmatitos. São encontradas em geodos, gretas ou jazidas. Os cristais sempre crescem sobre uma base (substrato) e quase são ausentes nas rochas que constituem o assoalho oceânico, podendo ocorrer em abundância tanto nas rochas ígneas (principalmente graníticas), quanto nas sedimentares. As ametistas são encontradas principalmente nas crostas cristalizadas de enormes rochas vulcânicas, como o basalto.		
4.4 Coletor			
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: Cura de ressaca e símbolo de paz empregados nas jóias, dentre outros.		

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	Sala de Exposição
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	Rochas e Minerais (2013).
5.4 Publicações	
5.5 Observações	<p>- VARIAÇÕES: Existe uma variedade bicolor, denominada quartzo ametista, trata-se de uma forma mais compacta de ametista que frequentemente possui bandas de quartzo leitoso. Além de uma variedade tricolor com uma extremidade de cor roxa, a outra extremidade amarela, sendo cortada por uma faixa incolor. Outras espécies são: Ametista Jacobina, variedade de ametista escura com tonalidades vivas. Ametista Madagascar, variedade de ametista violeta-escura, levemente enfumaçada ou violeta-púrpura quando mais clara. Ametista-espanhola, nome dado a ametistas finas comercializadas na Espanha, de origem desconhecida e cor púrpura. Também existe a ametista Uruguai, ametista-uraliana e ametista-siberiana e é considerada símbolo da sinceridade e lucidez. Antigamente, acreditava-se que a ametista combatia a embriaguez, o sono e até mesmo gafanhotos. A Rússia tem produzido ametista sintética de ótima qualidade. A ametista pode atingir grandes dimensões, sendo conhecido um cristal com cerca de 250kg no Museu Britânico.</p> <p>As ametistas são usadas pelos bispos cristãos modernos, para lembrar a Paixão de Cristo e como símbolo de paz. A ametista é uma variedade de quartzo. Muitas vezes, a cor púrpura da pedra aparece em fragmentos irregulares ou desiguais. Em outros casos, só aparece nos cantos externos dos cristais, sendo o resto transparente. Para tornar estas ametistas mais bonitas nas jóias, às vezes elas são delicadamente aquecidas, de modo que a cor púrpura fique mais homoganeamente distribuída pela pedra. Essa operação tem de ser feita com muito cuidado, pois quando aquecidas a temperaturas muito altas, as ametistas perdem toda a sua cor púrpura e adquirem uma cor amarela, transformando-se em quartzo citrino. A área de maior concentração de ametistas é o Rio Grande do Sul.</p>

5.6 Referências	<p>Gemas - Ametista, Esmeralda e Turmalina. Disponível em: < http://www.pormin.gov.br/informacoes/arquivo/gemas_ametista_esmeralda_turmalina_propriedades_aplicabilidade_ocorrencias.pdf > Acesso em 16/01/2014.</p> <p>Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 01. Editora: Globo. Editorial Planeta S.A. Guia gemas. s/d. s/p.</p>
5.7 Estado de Conservação	<input checked="" type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular

6. PREENCHIMENTO

6.1 Local/Data	Feira de Santana-BA, 16 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza.
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Riane de Castro Ramos Souza</i>

APÊNDICE 5 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES 	
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais	
1. NÚMERO DE REGISTRO: RM. 42	
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
2.1 Nome do objeto	Jadeíta
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais/ Amostra de mineral
2.3 Data de Aquisição	01/07/2011
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta
2.5 Origem	Banca de Revista
2.6 Procedência	Marildo Geraldete Pereira
2.7 Descrição	Embalagem de acrílico transparente em formato cilíndrico, contendo esponjas protetoras em formato circular amarela e uma amostra de mineral em formato irregular. Na lateral, etiqueta quadrada branca, identificando as amostras por: JADEÍTA e abaixo: ÍNDIA na cor preta.
2.8 Registro Fotográfico	
	
2.9 DIMENSÕES (mm)	
Diâmetro: 35 mm	
Espessura: 22 m	
2.10 PESO (g)	
c/ 12g s/ 5 g	

3. IMAGENS





4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA	
4.1 MINERAL	4.2 ROCHA
4.1.1 Grupo	Silicatos
4.1.2 Composição Química	NaAlSi ₂ O ₆
4.1.3 Dureza	7 (MHQS)
4.1.4 Densidade	3,2- 3,4
4.1.5 Cor/Brilho	Verde
	4.2.1 Tipo
	4.2.2 Composição Mineral
	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
	4.2.3 Composição Química
	4.2.4 Textura
	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica
	<input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica
	<input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	A Jadeíta ocorre em rochas formadas por atividade vulcânica, ou seja, em rochas ígneas que tiveram sua composição original mudada pelo calor e pela pressão (rochas metamórficas). A Jadeíta também ocorre em pedregulhos e rochedos, removidos de seu local original pela ação da água (depósitos aluviais).
4.4 Coletor	
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: Contas e entalhes ornamentais.

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	Reserva Técnica- Estante Caixa 01
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	<p>- O termo de doação foi preenchido no dia 01/07/2011. Segundo o doador, possivelmente a mesma foi realizada no ano de 2009.</p> <p>- A Jadeíta integra o ramo dos piroxênios, dentro do grupo dos silicatos. O mineral é composto por cristais minúsculos, que se entrelaçam de modo compacto. Em geral, tais cristais apresentam listras (estriações) ao longo da superfície e muitas vezes imbricam-se uns nos outros (ou seja, são geminados).</p>
5.6 Referências	<p>- LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do Amaral. Geologia geral. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo-1978. p. 48</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 01. Editora: Globo. Editorial Planeta S.A. Guia: Gemas. s/d. s/p.</p>
5.7 Estado de Conservação	<input checked="" type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular
6. PREENCHIMENTO	
6.1 Local/Data	Feira de Santana-BA, 23 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza.
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Ruane de Castro Ramos Souza</i>

APÊNDICE 6 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES 	
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais	
1. NÚMERO DE REGISTRO: RM. 43	
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
2.1 Nome do objeto	Labradorita
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais/ Amostra de mineral
2.3 Data de Aquisição	01/07/2011
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta
2.5 Origem	Banca de Revista
2.6 Procedência	Marildo Geraldete Pereira
2.7 Descrição	Embalagem de acrílico transparente em formato cilíndrico com base preta, contendo esponja protetora em formato circular amarela e duas amostras de minerais em formato irregular. Na lateral, etiqueta quadrada branca, identificando as amostras por: LABRADORITA e abaixo: MADAGASCAR na cor preta.
2.8 Registro Fotográfico	
	
2.9 DIMENSÕES (mm)	
2.10 PESO (g)	
Diâmetro: 35 mm	
Espessura: 23 mm	
c/ 9 g	
s/ 3 g	

3. IMAGENS



4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA			
4.1 MINERAL		4.2 ROCHA	
4.1.1 Grupo	Silicatos	4.2.1 Tipo	
4.1.2 Composição Química	$(\text{Na,Ca})\text{Al}_{1-2}\text{Si}_{3-2}\text{O}_8$	4.2.2 Composição Mineral	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.1.3 Dureza	6- 6,5 (MHOS)	4.2.3 Composição Química	
4.1.4 Densidade	2,69- 2,72	4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica
4.1.5 Cor/Brilho	Brilho Vítreo		<input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica
			<input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	A labradorita é parte importante de dois tipos de rocha: as que foram formadas por atividade vulcânica (rochas ígneas) e aquelas cuja composição original foi alterada por calor, pressão ou reação química (rochas metamórficas). Em geral, ocorre em associação com depósitos dos minerais andesito, anfíbolito, basalto, diorito e gabro ou norito.		
4.4 Coletor			
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos:		

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	Reserva Técnica- Estante Caixa 01
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	<p>- O termo de doação foi preenchido no dia 01/07/2011. Segundo o doador, possivelmente a mesma foi realizada no ano de 2009.</p> <p>- Nome Labradorita vem de Labrador, região do nordeste canadense, onde foi descoberta no final do século XVIII.</p> <p>- É um silicato dos elementos metálicos alumínio, cálcio e sódio. A labradorita é um feldspato, um dos grupos de minerais mais abundantes da crosta terrestre.</p>
5.6 Referências	<p>- LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do Amaral. Geologia geral. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1978. p. 48</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 01. Editora: Globo. Editorial Planeta. S.A. Guia: Gemas. s/d. s/p.</p>
5.7 Estado de Conservação	<input checked="" type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular
6. PREENCHIMENTO	
6.1 Local/Data	Feira de Santana-BA, 23 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza.
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Riane de Castro Ramos Souza</i>

APÊNDICE 7 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 UEFS universidade estadual de feira de santana	MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES							
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais								
1. NÚMERO DE REGISTRO: RM. 06								
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO								
2.1 Nome do objeto	Calcário							
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais/Amostra de rocha							
2.3 Data de Aquisição	Não possui termo de doação							
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta							
2.5 Origem	Bahia							
2.6 Procedência								
2.7 Descrição	Calcário em formato irregular de cor clara com pouca pigmentação escura, apresentando duas faces serradas, polidas e quatro faces com textura granuladas.							
		2.8 Registro Fotográfico						
		<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td data-bbox="1400 1324 1915 1364" style="text-align: center;">2.9 DIMENSÕES (mm)</td> <td data-bbox="1915 1324 2094 1364" style="text-align: center;">2.10 PESO (g)</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1400 1364 1915 1404">Dimensão 1: 60 mm</td> <td data-bbox="1915 1364 2094 1476" rowspan="3" style="text-align: center; vertical-align: middle;">142 g</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1400 1404 1915 1444">Dimensão 2: 55 mm</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1400 1444 1915 1476">Dimensão 3: 20 mm</td> </tr> </table>	2.9 DIMENSÕES (mm)	2.10 PESO (g)	Dimensão 1: 60 mm	142 g	Dimensão 2: 55 mm	Dimensão 3: 20 mm
2.9 DIMENSÕES (mm)	2.10 PESO (g)							
Dimensão 1: 60 mm	142 g							
Dimensão 2: 55 mm								
Dimensão 3: 20 mm								

3. IMAGENS





4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA			
4.1 MINERAL		4.2 ROCHA	
4.1.1 Grupo		4.2.1 Tipo	Rocha Sedimentar
4.1.2 Composição Química		4.2.2 Composição Mineral	<input checked="" type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.1.3 Dureza		4.2.3 Composição Química	CaO
4.1.4 Densidade		4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica
4.1.5 Cor/Brilho			<input type="checkbox"/> Orientada <input checked="" type="checkbox"/> Clástica
			<input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	<p>O calcário é uma rocha sedimentar, originada de material precipitado por agentes químicos e orgânicos. O cálcio é um dos elementos mais comum da crosta terrestre, todavia, quando constituinte dos calcários tem origem nas rochas ígneas. Por meio das atividades de erosão e corrosão, incluindo a solução de ácidos carbônicos ou outros de origem mineral. As rochas são desintegradas e o cálcio em solução é conduzido para o mar por meio da drenagem das águas. Após atingir o oceano, parte do carbonato de cálcio dissolvido precipita-se, em decorrência da sua baixa solubilidade na água marinha. A evaporação e as variações de temperatura podem reduzir o teor de dióxido de carbono contido na água, causando a precipitação do carbonato de cálcio em consequência das condições de saturação. O carbonato de cálcio depositado, origina um calcário de alta pureza química. Por processo químico de deposição, formam-se calcários como: travertino, turfa calcária, estalactites e estalagmites, comuns nas cavernas.</p>		
4.4 Coletor			
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: Fonte de cimento, construção civil, giz para quadro negro, produção de cal e agricultura.		

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	Reserva técnica (Caixa da tampa verde)
5.2 Pesquisas	
4.3Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	<p>- Cerca de 20% de todas as rochas sedimentares são o calcário. Mais de 50% do peso do calcário é composto por carbonato de cálcio, que ocorre na forma de calcita (CaCO₃) ou de aragonita. O calcário pode conter quantidades consideráveis de dolomita (carbonato de magnésio). Entre outros constituintes menos abundantes estão a argila, o carbonato de ferro, feldspato, a pirita e o quartzo.</p> <p>- Assemelha-se ao mármore (uma forma de calcário).</p>
5.6 Referências	<p>- LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do Amaral. Geologia geral. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo – 1978. p. 48</p> <p>- SAMPAIO, João Alves; ALMEIDA, Salvador Luiz Matos de. Calcário e Dolomito. Capítulo 15. In: Rochas e Minerais Industriais- CETEM/2005, p.330. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2005-132-00.pdf>. Acesso em 12/01/2014.</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 04. Editora: Globo. Editorial Planeta, S.A. Guia: História da Terra. s/d. p. 75.</p>
5.7 Estado de Conservação	<input checked="" type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular
6. PREENCHIMENTO	
6.1 Local/Data	Feira de Santana-BA, 16 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza.
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Ruane de Bastos Ramos Souza</i>

APÊNDICE 8 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 UEFS <small>universidade estadual de terra de santana</small>		MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES			
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais					
1. NÚMERO DE REGISTRO: RM. 11					
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO					
2.1 Nome do objeto	Arenito				
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais/Amostra de rocha				
2.3 Data de Aquisição	Não possui termo de doação				
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta				
2.5 Origem	Rio Grande do Sul				
2.6 Procedência					
2.7 Descrição	Objeto tridimensional de arenito em formato irregular, com seis faces.				
2.8 Registro Fotográfico					
					
2.9 DIMENSÕES (mm)				2.10 PESO (g)	
Dimensão 1: 63 mm				161 g	
Dimensão 2: 50 mm					
Dimensão 3: 4 mm					

3. IMAGENS





4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA			
4.1 MINERAL		4.2 ROCHA	
4.1.1 Grupo		4.2.1 Tipo	Rocha Sedimentar
4.1.2 Composição Química		4.2.2 Composição Mineral	<input type="checkbox"/> Leucocrático <input checked="" type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.1.3 Dureza		4.2.3 Composição Química	
4.1.4 Densidade		4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica
4.1.5 Cor			<input type="checkbox"/> Orientada <input checked="" type="checkbox"/> Clástica
			<input type="checkbox"/> Outro: Arenosa.
4.3 Contexto Geológico	<p>O arenito se forma quando rochas como o granito se desintegram, aos poucos pela ação dos ventos e das chuvas. Os grãos de quartzo dessas rochas formam a areia. Areias e dunas de areia, porém não são rochas e sim, fragmentos de rochas. A areia pode se depositar no fundo do mar ou em depressões. Como também ficar submetida a um aumento de pressão ou temperatura. Assim cimentada e endurecida, forma o arenito - um tipo de rocha sedimentar.</p>		
4.4 Coletor			
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: Construção civil e usado em pisos.		

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	Reserva Técnica- (Envelopes na caixa da tampa verde)
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	<p>- Areia na qual os grãos são cimentados por calcita ou sílica secundária. Os arenitos podem ser macios com cimento solto ou bem cimentados e duros. Ocorrem como camadas espessas e estratificadas, em seqüências sedimentares, apresentando muitas vezes, acamamento em correntes ou dunas.</p> <p>- o arenito é a rocha sedimentar proveniente da consolidação de areia por um cimento qualquer. Os grãos que formam os arenitos e as areias são geralmente de quartzo, podendo ser de qualquer mineral; uma vez que tenham as dimensões do grão de areia. Os minerais amonazita, ilmenita, zirconita ocorrem comumente junto às areias, às vezes em alta concentração. Diversos adjetivos como: fluvial, marinho, desértico, e outros, explicam a sua origem. Nos arenitos, observa-se com frequência uma nítida estratificação com frequência, cujas causas são inúmeras como: mudança na granulação e na cor. O arcózio é um arenito que possui como constituinte uma grande quantidade de feldspato.</p>
5.6 Referências	<p>- Museu de rochas e minerais. Disponível em: http://www.fla.matrix.com.br/luciojr/museuderochaseminerais.htm#oxidos Acesso em 16/01/2014.</p> <p>- LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do Amaral. Geologia geral. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo – 1978. p. 33 -51.</p> <p>- Rochas sedimentares. Disponível em <http://www.sobiologia.com.br/conteudos/Solo/Solo5.php> Acesso em 17/02/2014. Acesso em 16/01/2014.</p>

5.7 Estado de Conservação	<input checked="" type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular
6. PREENCHIMENTO	
6.1 Local/Data	Feira de Santana-BA, 16 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza.
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Liane de Castro Ramos Souza</i>

APÊNDICE 9 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 UEFS <small>universidade estadual de feira de santana</small>		MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES			
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais					
1. NÚMERO DE REGISTRO: RM. 15					
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO					
2.1 Nome do objeto	Granito				
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais/ Amostra de rocha				
2.3 Data de Aquisição	Não possui termo de doação				
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta				
2.5 Origem					
2.6 Procedência					
2.7 Descrição	Granito em formato irregular apresentando uma face serrada e polida e quatro faces com textura granulada.				
			2.8 Registro Fotográfico		
					
			2.9 DIMENSÕES (mm)		2.10 PESO (g)
			Dimensão 1: 90 mm		152 g
			Dimensão 2: 57 mm		
			Dimensão 3: 22 mm		

3. IMAGENS





4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA			
4.1 MINERAL		4.2 ROCHA	
4.1.1 Grupo		4.2.1 Tipo	Rocha Magmática intrusiva
4.1.2 Composição Química		4.2.2 Composição Mineral	<input checked="" type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.1.4 Dureza		4.2.3 Composição Química	Rica em sílica e alumínio, como mais de 65% de SiO ₂
4.1.5 Densidade		4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfiritica
4.1.6 Cor			<input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica <input checked="" type="checkbox"/> Outro: Textura de grãos grossos;
4.3 Contexto Geológico	<p>É a rocha magmática mais comum de todas, ocorrendo juntamente com os gnaisses no embasamento cristalino, que constitui o substrato da crosta sílica que forma os blocos continentais.</p> <p>Os granitos são rochas magmáticas plutônicas que se apresentam na forma de grandes corpos intrusivos (batólitos), em escudos pré-cambrianos e embasamentos antigos. Também se mostram na forma de plutões de tamanhos diversos, no interior de formações de rochas metamórficas. Por fim, na forma de diques e filões, podem ser encontrados em qualquer outro tipo de rocha.</p>		
4.4 Coletor			
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: Construção Civil e decoração.		

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	<p>- O granito é a rocha ígnea intrusiva mais comum, em parte pela sua abundância e pelo seu uso generalizado na construção e decoração. O granito está geralmente associado aos processos tectônicos, ligados à formação de montanhas. Por ser mais resistente à erosão e alteração que as outras rochas, forma frequentemente o núcleo principal das cadeias montanhosas.</p> <p>- A variação de cor provém da cor do feldspato, que é o mineral mais freqüente nos granitos.</p>
5.6 Referências	<p>- LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do Amaral. Geologia geral. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo - 1978. p. 33- 51.</p> <p>- Propriedades dos Minerais e Rochas. In: Geologia de Engenharia. p. 1 -17. Disponível em:<http://paginas.fe.up.pt/~geng/ge/apontamentos/Cap_2_GE.pdf>. Acesso em 18/01/2014.</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 01. Editora: Globo. Editorial Planeta S.A. Guia: Rochas. s/d. s/p.</p>
5.7 Estado de Conservação	<input checked="" type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular
6. PREENCHIMENTO	
6.1 Local/Data	Feira de Santana-BA, 18 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza.
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Riane de Castro Ramos Souza</i>

APÊNDICE 10 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 UEFS <small>universidade estadual de feira de santana</small>		MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES			
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais					
1. NÚMERO DE REGISTRO: RM. 28					
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO					
2.1 Nome do objeto	Basalto				
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais/ Amostra de rocha				
2.3 Data de Aquisição	Não possui termo de doação				
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta				
2.5 Origem	Rio Grande do Sul				
2.6 Procedência					
2.7 Descrição	Basalto em formato irregular na cor cinza escuro, apresentando coloração branca com brilho, em algumas partes de sua superfície.				
				2.8 Registro Fotográfico	
					
				2.9 DIMENSÕES (mm)	
				Dimensão 1: 66 mm	
				Dimensão 2: 20 mm	
				2.10 PESO (g)	
				73 g	

3. IMAGENS





4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA	
4.1 MINERAL	4.2 ROCHA
4.1.1 Grupo	4.2.1 Tipo Rocha Magmática Efusiva
4.1.2 Composição Química	4.2.2 Composição Mineral <input type="checkbox"/> Leucocrático <input checked="" type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.1.3 Dureza	4.2.3 Composição Química Componentes essenciais: labradorita-bytownita, augita; acessórios: magnetita, ilmenita, hematita, apatita, quartzo; acidentais: vidro vulcânico, olivina, hornblenda, biotita.
4.1.4 Densidade	4.2.4 Textura <input type="checkbox"/> Equigranular <input checked="" type="checkbox"/> Porfiritica
4.1.5 Cor/Brilho	<input type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica <input checked="" type="checkbox"/> Outro: Grão fino
4.3 Contexto Geológico	O basalto é abundante rocha efusiva. Nos continentes, seus derrames superpostos cobrem grandes extensões que se denominam <i>trapp</i> . Nesses casos, o magma procede de zonas profundas do manto terrestre e chega à superfície através de fraturas muito extensas e profundas. Os basaltos são os principais constituintes da crosta oceânica, sob a forma de lava almofadada. Nesse caso, originam-se nas costas oceânicas. Do ponto de vista químico-mineralógico, distinguem-se dois tipos de basaltos. Os toleíticos, sem olivina e com alta concentração de ferro e titânio, e os alcalinos, ricos em álcalis e às vezes também em olivinas, mas pobres em ferro e titânio.
4.4 Coletor	
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos: construção, pavimentação de estradas, fabricação de paralelepípedos, construção de ferrovias e obtenção de fibras de rochas e vidros, utilizados como isolantes térmicos.

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	Reserva técnica (Caixa de tampa verde na estante)
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	
5.6 Referências	<p>- LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do Amaral. Geologia geral. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo – 1978. p. 33-51.</p> <p>Propriedades dos Minerais e Rochas. In: Geologia de Engenharia. p. 1 -17. Disponível em:<http://paginas.fe.up.pt/~geng/ge/apontamentos/Cap_2_GE.pdf>. Acesso em 18/01/2014.</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 01. Editora: Globo. Editorial Planeta S.A. Guia: Rochas. s/d. s/p.</p>
5.7 Estado de Conservação	<input checked="" type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular
6. PREENCHIMENTO	
6.1 Local/Data	Feira de Santana-BA, 18 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza.
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Riane de Bastos Ramos Souza</i>

APÊNDICE 11 – FICHA DE CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS

 UEFS <small>universidade estadual de feira de santana</small>		MUSEU ANTARES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES			
Ficha de Catalogação da Coleção Rochas e Minerais					
1. NÚMERO DE REGISTRO: RM. 32					
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO					
2.1 Nome do objeto	Mármore				
2.2 Classificação/Termo	Rochas e Minerais/ Amostra de rocha				
2.3 Data de Aquisição	Não possui termo de doação				
2.4 Forma de Aquisição	<input type="checkbox"/> Compra <input checked="" type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Permuta				
2.5 Origem					
2.6 Procedência					
2.7 Descrição	Mármore em formato irregular de cor branca, apresentando uma face serrada e polida e cinco com textura granulada.				
				2.8 Registro Fotográfico	
					
				2.9 DIMENSÕES (mm)	
				2.10 PESO (g)	
				Dimensão 1: 76 mm	
				Dimensão 2: 56 mm	
				Dimensão 3: 19 mm	
				201 g	

3. IMAGENS





4. DADOS TÉCNICOS DA AMOSTRA			
4.1 MINERAL		4.2 ROCHA	
4.1.1 Grupo		4.2.1 Tipo	Metamorfismo regional
4.1.2 Composição Química		4.2.2 Composição Mineral	<input checked="" type="checkbox"/> Leucocrático <input type="checkbox"/> Melanocrático <input type="checkbox"/> Mesocrática
4.1.3 Dureza		4.2.3 Composição Química	- Componentes essenciais: calcita; acessório (raros): pirita; acidentais (raros): dolomita, quartzo, moscovita, plagioclásios e anfibólios.
4.1.4 Densidade		4.2.4 Textura	<input type="checkbox"/> Equigranular <input type="checkbox"/> Porfírica
4.1.5 Cor/Brilho			<input checked="" type="checkbox"/> Orientada <input type="checkbox"/> Clástica <input type="checkbox"/> Outro:
4.3 Contexto Geológico	Originada por metamorfismo regional, a partir de rochas calcárias. As condições de pressão e temperatura são típicas de um metamorfismo de grau médio-alto (a pressão máxima chega a cerca de 10 kb e a temperatura alcança 900° C).		
4.4 Coletor			
4.5 Importância Econômica	<input type="checkbox"/> Minérios <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Indústria <input checked="" type="checkbox"/> Ornamentação Outros aspectos:		

5. DADOS HISTÓRICOS	
5.1 Localização	Reserva técnica - Estante – caixa da tampa verde.
5.2 Pesquisas	
5.3 Exposições	
5.4 Publicações	
5.5 Observações	
5.6 Referências	<p>- LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do Amaral. Geologia geral. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo-1978. p. 33- 51.</p> <p>- Propriedades dos Minerais e Rochas. In: Geologia de Engenharia. p. 1 -17. Disponível em:<http://paginas.fe.up.pt/~geng/ge/apontamentos/Cap_2_GE.pdf>. Acesso em 20/01/2014.</p> <p>- Tesouros da Terra: Minerais & Pedras Preciosas Volume 02. Editora: Globo. Editorial Planeta S.A. Guia: Rochas. s/d. s/p. (observações, composição mineral e química e uso e contexto geológico).</p>
5.7 Estado de Conservação	<input checked="" type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular
6. PREENCHIMENTO	
6.1 Local/Data	Feira de Santana-BA, 20 de janeiro de 2014.
6.2 Nome da museóloga responsável	Lise Marcelino Souza.
6.3 Nome da responsável pelo registro	<i>Riane de Bastos Ramos Souza</i>

APÊNDICE 12- PLANILHA DE ARROLAMENTO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS



PLANILHA DE ARROLAMENTO DA COLEÇÃO ROCHAS E MINERAIS



Número de Registro	Nome do objeto	Data de Aquisição	Coleção	Origem	Procedência	Peso (g)	Dimensões (Extremidades maiores)	Estado de Conservação	Localização	Observações
RM.01	Cilindro com rochas	01/07/2011	Rochas e Minerais	Fronteira do Rio de Janeiro com São Paulo	Marildo Geraldete Pereira	434 g	Comprimento: 80 mm Largura: 60 mm Altura: 185 mm	Ótimo	Reserva Técnica - Estante - Caixa da tampa verde	Não pertenceu a outro dono antes de Marildo. Segundo o doador, possivelmente a peça foi doada em 2009, anterior a data que foi aplicado o termo de doação.
RM.02	Caixa Precious Stones Brazil	13/07/2011	Rochas e Minerais	Fronteira do Rio de Janeiro com São Paulo	Marildo Geraldete Pereira	300g	Comprimento: 125 mm Largura: 95 mm Altura: 40 mm	Ótimo	Reserva Técnica - Estante - Caixa da tampa verde	Não pertenceu a outro dono antes de Marildo
RM.03	Caixa pedras brasileiras	01/07/2011	Rochas e Minerais	Fronteira do Rio de Janeiro com São Paulo	Marildo Geraldete Pereira	96 g	Comprimento: 140mm Largura: 80mm Altura: 15mm	Ótimo	Reserva Técnica - Estante - Caixa da tampa verde	Não pertenceu a outro dono antes de Marildo. Segundo o doador, possivelmente a peça foi doada em 2009, anterior a data que foi aplicado o termo de doação.
RM.04	Estrela com fragmento de meteorito	01/07/2011	Rochas e Minerais	Nova Petrópolis	Marildo Geraldete Pereira	4g	Comprimento: 70 mm Largura: 60 mm	Ótimo	Reserva Técnica - Armário	Pertenceu a Elizabet Zucobto - Museu Nacional. Segundo o doador, possivelmente a peça foi doada em 2010, anterior a data que foi aplicado o termo de doação.
RM.05	Estrela com fragmento de meteorito bendegó		Rochas e Minerais			5g	Comprimento: 90 mm Largura: 75 mm	Ótimo	Reserva Técnica - Armário	Não possui termo de doação.
RM.06	Calcário		Rochas e Minerais			142 g	D1 - 60mm; D 2 - 55mm; D 3 - 20 mm	Ótimo	Reserva Técnica - Estante - Caixa da tampa verde	Não possui termo de doação. no.02/Vitrine
RM.07	Fluorita		Rochas e Minerais			81 g		Ótimo	Reserva Técnica - Estante - Caixa da tampa verde	(amostra com treze unidades); Não possui termo de doação. no.03/Vitrine (noção pra
RM.08	Ametista		Rochas e Minerais			103 g		Ótimo	Sala de Exposição	(amostra com nove unidades); Não possui termo de doação. (no.04/Vitrine)
RM.09	Estibilita		Rochas e Minerais			37 g	D1- 65mm; D2 - 50 mm	Ótimo	Reserva Técnica - Estante - Caixa da tampa verde	Não possui termo de doação. Informação adicional: (no.05/Vitrine)
RM.10	Carvão mineral		Rochas e Minerais			26 g	D1 -80mm; D 2-42mm; D 3 - 20 mm	Ótimo	Sala de Exposição	Não possui termo de doação. Informação adicional: (no.06/Vitrine)